

PROJETO EDUCATIVO

AGRUPAMENTO DE
ESCOLAS DE CAMPO

Triénio 2020/2023

Escola EB1/JI de Outeiro



Escola EB1/JI de Moirais



Escola Básica e Secundária de Campo

Escola EB1/JI de Balselhas



Escola EB1/JI da Retorta



Escola EB1/JI de Azenha

Índice

Introdução	4
Parte I – Planeamento Estratégico.....	7
Caraterização do Agrupamento	8
Contexto local	8
Localização Geográfica da Vila de Campo	8
Caraterização Social e Económica da vila de Campo	9
Contexto Escolar.....	12
Identificação e Caraterização das Escolas e JI do Agrupamento	12
Caraterização da Comunidade Escolar no ano letivo 2020/2021	14
Sucesso/Insucesso Escolar Triénio 2017/2020.....	17
Princípios Pedagógicos do Agrupamento	25
Modelo Educativo	25
Princípios e Valores.....	27
Identificação da Problemática	29
Identificação e Fundamentação da Problemática	29
Diagnóstico Estratégico	29
Ação Estratégica	31
Missão do Agrupamento.....	31
Objetivos Estratégicos.....	31
Metas Educativas.....	32
Plano de Ação - Triénio 2020/2023.....	38
Parte II - Organização Curricular e Funcionamento	40
1. Organização Curricular e Pedagógica	41
Modelo de organização Curricular.....	41
Princípios Orientadores.....	43
Desenho Curricular.....	44
a. Educação Pré-escolar.....	44
b. Ensino Básico	44
c. Ensino Secundário	47
d. Ensino Profissional	49
e. Outras Modalidades Educativas e Formativas.....	50
Avaliação das Aprendizagens.....	51

Modalidades de Avaliação	51
a. Avaliação Formativa	51
b. Avaliação Sumativa	52
c. Provas de Equivalência.....	52
d. Critérios Gerais de Avaliação e Ponderações do Ensino Básico e Secundário	52
Medidas de Promoção do Sucesso Educativo.....	53
Medidas de suporte à Aprendizagem e à Inclusão	56
Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC).....	58
Recursos Educativos do Agrupamento.....	59
Projetos e Clubes.....	60
Metodologias.....	61
2. Organização e Funcionamento do Agrupamento	62
Calendário Escolar em dois Semestres	62
Estruturas de Coordenação Educativa e Supervisão Pedagógica	63
Estratégias de Articulação Curricular	66
Horários de funcionamento dos JI e escolas	68
Matrículas e Renovação de Matrículas	68
Critérios para a Constituição dos Grupos e das Turmas.....	69
Critérios Pedagógicos para elaboração dos Horários dos Alunos	70
Critérios para a Atribuição de Salas de Aula	70
Organização de Desdobramento de Aulas e seu Regime de Funcionamento.....	70
Critérios para a Distribuição do Serviço Letivo e da CNL	71
3. Atividades de Apoio à família	73
Atividades de Animação e Apoio à Família nos JI (AAAF).....	73
Componente de Apoio à Família no 1.º ciclo (CAF).....	73
4. Procedimentos de divulgação e avaliação do PE.....	74
Divulgação do Projeto Educativo.....	74
Monitorização e Avaliação do Projeto Educativo.....	74
5. Âmbito Institucional.....	76
Organização do Agrupamento e Organigrama	76
Relação com a Comunidade	78
Formação.....	79
6. Âmbito Administrativo-Financeiro	80
Bibliografia	81

Introdução

A palavra Projeto tem origem no latim *projectum* que significa “algo lançado à frente”. O Projeto é um plano para a realização de um ato e também pode significar desígnio, orientação e intenção, ou seja, o projeto assenta na intencionalidade e/ou nos objetivos a atingir. O Projeto plano remete-nos assim para a ação ou ações a realizar.

O Projeto Educativo do Agrupamento (PE) surge dentro deste quadro concetual e apoia-se no regime jurídico de autonomia, administração e gestão escolar que o define como o “*documento que consagra a orientação educativa do agrupamento de escolas (...), elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais o agrupamento de escolas (...) se propõe cumprir a sua função educativa.*” (art.9º do Decreto-lei nº 75/08, de 22 de abril). Assim, o PE é o documento orientador do planeamento da ação educativa do Agrupamento, devendo servir de quadro de referência no qual se revejam todos os elementos da Comunidade Educativa do Agrupamento.

O PE é o documento basilar da Escola, pois é nele que se define toda a orientação da atividade educativa e escolar, construída de forma partilhada, realista, motivadora e avaliável, no sentido de poder ser melhorada (Albalat, 1989). É assente neste pressuposto que Costa (1991: 10) o define como “(...) o documento de carácter pedagógico que, elaborado com a participação da comunidade educativa, estabelece a identidade própria de cada escola (...)”. O PE representa, genericamente, um verdadeiro plano estratégico para a Escola e que, nesse sentido, constitui não só um quadro de operacionalização de um projeto de gestão no âmbito da autonomia, mas também o documento que consagra a sua orientação educativa.

Com base na avaliação feita ao PE implementado no triénio 2017/2020, e na análise do aproveitamento escolar dos alunos registado no mesmo período, verifica-se uma evolução positiva dos resultados escolares dos alunos. No entanto, continuam a persistir fragilidades apuradas tanto na avaliação interna como na avaliação externa, ao nível da qualidade. Relativamente aos resultados sociais mantêm-se os bons níveis de desempenho, com melhorias no comportamento dos alunos. Constatámos, também, melhorias significativas ao nível da dinâmica do Agrupamento, da formação, dos espaços e dos equipamentos, constituindo-se a Escola num dos instrumentos primordiais de coesão social e de formação. Assim, o PE para o triénio 2020/2023 apresenta como grande objetivo, e num processo de continuidade, a melhoria da qualidade do sucesso e das aprendizagens, bem como a sustentabilidade dos resultados alcançados através da consolidação das boas práticas letivas.

Estamos conscientes de que a obtenção destes resultados passa por uma identificação dos alunos enquanto sujeitos da aprendizagem e da sua motivação e responsabilização, a par com o investimento dos professores e de outros agentes educativos. Para tal, contribui também a diversificação da oferta educativa/escolar, capaz de responder às aspirações e interesses dos alunos e de assegurar uma melhor articulação com o mundo do trabalho.

É na continuidade deste trabalho de parceria com a comunidade local que em 2013 o Agrupamento de Escolas de Campo assinou com o MEC um Contrato de Autonomia, visando garantir, ao nível dos Resultados, a melhoria da qualidade do sucesso e das aprendizagens bem como a participação cívica dos alunos na comunidade, através

da diversificação da oferta educativa e da promoção de processos de ensino e de aprendizagem mais eficientes.

Enquanto documentos estruturantes na assunção da autonomia consagrada nos princípios do quadro de administração e gestão, o Agrupamento implementou em 2018/2019 um Plano de Inovação, e tem aprovado pela Direção Geral da Educação (DGE) um novo Plano de Inovação para o período de 2020/2024, cujas Medidas de Promoção do Sucesso Educativo (MPSE) integram este PE.

Também nesta linha de atuação, articula-se com o PE e o Plano de Inovação a Estratégia da Educação para a Cidadania e Desenvolvimento do Agrupamento, ao estabelecer, através dos princípios e valores definidos no PE, um compromisso colaborativo, integrando direitos e deveres para a formação do cidadão integral, através de uma cidadania inclusiva que conduza à mudança do paradigma educacional, formando alunas e alunos, e futuros adultos, capazes de respeitar o outro e viver em sociedade, exprimindo-se através de modelos de conduta sustentáveis em todas as dimensões da atividade humana.

Neste quadro, o Agrupamento assume, como elemento-chave de uma *Escola de Sucesso*, a partilha de responsabilidades e o estabelecimento de parcerias educativas ao nível do processo de ensino e de aprendizagem, o que envolve, necessariamente, um trabalho de equipa incluindo os educadores, os professores, os alunos, os assistentes técnicos, os assistentes operacionais, os pais/EE e a comunidade. Uma cooperação entre pais/EE e escola/professores repercute-se positivamente no sucesso escolar e na apropriação de hábitos de trabalho e de responsabilidade. Assim, e numa perspetiva de continuidade, ao longo do triénio 2020/2023, pretendemos continuar a melhorar a atitude dos vários agentes educativos no sentido de desenvolvermos esforços mais concertados, assentes numa articulação curricular, num trabalho cooperativo e colaborativo entre professores e, como não podia deixar de ser, numa avaliação formativa de e para as aprendizagens, reguladora do ensino e da aprendizagem dos alunos.

A autonomia, responsabilidade e cooperação são as pedras basilares de uma Comunidade Educativa empenhada numa aprendizagem mais dinâmica e significativa, que dignifique todos quantos nela vivem e trabalham, com as mais diversas funções e estatutos. Assim, é importante continuar a trabalhar para que o Agrupamento cresça e se assuma como uma “*instituição curricularmente inteligente*” (Leite, 2000) ou, como referem Fullan e Hargreaves (2000), uma “*organização aprendente*”, isto é, uma Escola que tem um modelo de ensino partilhado, um projeto de futuro, um estilo de liderança aceite e uma cultura valorativa integrada, no sentido de conjugar sinergias entre a organização escolar, a sala de aula e a comunidade educativa. Por isso, o objetivo principal do trabalho a desenvolver é que as crianças e alunos que frequentam as nossas escolas e jardins de infância se sintam realizadas e motivadas para aprender, desenvolvendo todas as suas capacidades e competências, as múltiplas literacias que precisam de mobilizar para responderem às exigências dos tempos atuais e que os professores, educadores e outros profissionais de educação se sintam gratificados pelo trabalho prestado. Nesta perspetiva, a Escola é uma estrutura de suporte educativo, cultural e social promotora do desenvolvimento local, ao reforçar as suas componentes educativas, sociais e comunitárias.

O PE encontra-se estruturado em duas partes: a primeira - Planeamento Estratégico - e a segunda - Organização Curricular e Funcionamento. Na primeira parte é caracterizado o meio onde se integra o Agrupamento, analisa-se o contexto escolar e define-se o modelo, princípios e valores que o norteiam. É feita ainda a identificação da problemática e explicitada a ação estratégica. Na segunda parte apresenta-se a organização curricular do

Agrupamento, as modalidades de avaliação e os respetivos critérios. O PE termina com as modalidades de funcionamento do Agrupamento e o respetivo organograma.

Enquanto metodologia e instrumento de planeamento, optamos, também, por manter a “Matriz de Enquadramento Lógico – MAPA – Método Aplicado de Planeamento e Avaliação” (Ulrich Shiefer, 2006). A opção por esta metodologia de planeamento estratégico justifica-se pelo facto de permitir uma melhor organização das prioridades de intervenção mediante a definição de uma hierarquia de objetivos estratégicos, com vista a um conjunto de resultados a atingir. Esta hierarquização facilita, ainda, o acompanhamento e a avaliação da intervenção, com a definição de metas e de indicadores de medida. A operacionalização efetua-se através de planos de ação, organizados de acordo com as prioridades e objetivos estratégicos definidos.

Este PE, como documento orientador, define o caminho a seguir e os objetivos a atingir pelo Agrupamento no próximo triénio, utilizando de forma articulada e planeada os recursos existentes e as potencialidades locais. Neste sentido, e pretendendo-se que a sua implementação se constitua num percurso de investigação-ação, não é um documento acabado, sendo suscetível de sofrer alterações e melhoramentos através dos Planos Anuais e Plurianuais de Atividades (PAA), propostos por todos os atores nele envolvidos.

Este documento operacionalizar-se-á através dos Planos Anuais e Plurianuais de Atividades (PAA) do Agrupamento, dos Planos de Trabalho das Turmas do Ensino Básico e Secundário (PTT), dos Planos de Planeamento Curricular dos Grupos de Ano / Equipas Educativas e dos Projetos Curriculares de Grupo na Educação Pré-Escolar (PCG), a elaborar anualmente, nos quais se definem a implementação das estratégias, atividades e MPSE a desenvolver com vista à prossecução dos objetivos estabelecidos, os destinatários, a calendarização e os responsáveis pela sua execução.

Parte I – Planeamento Estratégico

Caraterização do Agrupamento

Contexto local

Localização Geográfica da Vila de Campo



Fonte: Câmara Municipal de Valongo

A vila de Campo dista 2 km da sede do concelho e 12 km da cidade do Porto. É delimitada a norte por Sobrado, a oeste por Valongo e a este e sul pelo concelho de Paredes, ocupando uma superfície total de aproximadamente 14 km^2 .

Campo tem mais de 1200 anos de história e foi elevada a Vila em 19 de abril de 2001.

Caraterização Social e Económica da vila de Campo

Caraterização social

A vila de Campo é descrita como uma área predominantemente urbana e que, de acordo com os Censos de 2011, tem uma população residente de 9.173 habitantes. O nível de escolarização dos Pais/EE das crianças e dos alunos que frequentam as escolas e os JI do Agrupamento é baixo, e uma percentagem ainda significativa tem apenas como habilitações académicas o 1º ou o 2º ciclo do ensino básico.



Gráfico n.º 1 – Escolaridade dos Pais no ano letivo 2017/2018

Fonte: Agrupamento de Escolas de Campo

Campo possui três bairros de habitação social, empreendimentos camarários, que alojam uma população carenciada, alguma de etnia cigana, com repercussões sociais. Um número significativo da população apresenta dificuldades económicas devido ao desemprego ou emprego precário, como demonstra o número de alunos/crianças que beneficiam da ação social escolar (ASE).

Nível de Ensino	Total de Alunos	Escalão A	Escalão B	Escalão C	TOTAL
Pré-escolar	234	43	31	127	201
1º Ciclo	367	66	77	202	345
2º Ciclo	232	42	38	8	88
3º Ciclo	342	75	41	9	125
Secundário	192	37	32	7	76

Quadro n.º 1 – Ação Social Escolar no ano letivo 2020/2021

Fonte: Agrupamento de Escolas de Campo

As profissões predominantes dos Pais/EE das crianças e dos alunos deste Agrupamento são essencialmente as do setor secundário e terciário, sobretudo nas áreas da construção civil, metalurgia, indústria têxtil e de transformação e ainda serviços. Muitas mães são empregadas domésticas ou operárias fabris. Estas profissões são exercidas maioritariamente no concelho de Valongo e nos concelhos vizinhos.

Atividades económicas / indústria e comércio

Ao longo dos tempos, Campo conheceu três fases importantes de desenvolvimento: a da exploração do ouro (a mais antiga); da moagem e panificação; e, mais recentemente, a da exploração da ardósia. De salientar, ainda, a indústria têxtil, os móveis, a transformação da ardósia, a metalomecânica, a construção civil e os serviços. Destas atividades, as que mais caracterizam a vila de Campo são a manufatura do pão e o trabalho nas minas de ardósia. Predominam as microempresas de caráter familiar e pequenas e médias empresas instaladas na Zona Industrial de Campo (ZIC).

A ZIC tem aproximadamente 300 hectares de extensão, tendo atualmente cerca de cinco dezenas de empresas instaladas, nas áreas da metalomecânica, dos materiais de construção civil, dos produtos alimentares e produtos químicos e da armazenagem e distribuição de produtos, que proporcionam cerca de dois mil postos de trabalho. A sua localização geoestratégica, no eixo dinâmico que se estende entre o Porto e Penafiel, ao longo da A4 e da A41, as acessibilidades rodoviárias, o terminal ferroviário e o demais investimento que se espera para a ZIC fazem deste lugar um pólo de desenvolvimento económico regional, nacional e ibérico de excelência.

Em torno da ZIC, num raio máximo de 40 km e 30 min de distância, encontramos diversas infraestruturas, das quais se destacam o aeroporto Francisco Sá Carneiro, o Porto de Leixões, a Exponor, o Tecmaia e a própria cidade do Porto. Estas características, juntamente com as já enunciadas, conferem à ZIC um importante papel no sector da logística do norte de Portugal, apresentando-se como uma zona privilegiada para fixação das empresas exportadoras desta zona geográfica.

Campo possui ainda empresas de panificação, móveis e madeiras, extração e transformação de ardósia, serralharias de construção civil, de prestação de serviços de saúde, comércio de materiais de construção, automóveis e vestuário, restaurantes e cafés.

Equipamentos e serviços

Área do apoio à saúde

Campo possui uma extensão do Centro de Saúde de Valongo, uma farmácia, vários consultórios médicos e o “Hospital S. Martinho”, uma clínica de saúde com internamento.

Área da educação e do desporto

Na área da educação, a vila de Campo é servida por cinco escolas básicas com jardim de infância, uma escola básica e secundária e duas IPSS, a Associação de Promoção Social do Calvário e o Centro Social e Paroquial de S. Martinho. Na proximidade das freguesias de Campo e Sobrado, existe uma Universidade (CESPU), com cursos na área da Saúde e do Desporto.

Na área do desporto, possui o Sport Clube de Campo, o Clube de Pesca e Caça, a Sociedade Columbófila de S. João de Azenha, a Sociedade Columbófila da Retorta, o Ténis de Mesa, Atletismo e o MotoClub. Existe ainda um Centro Hípico, com o qual o Agrupamento tem estabelecido protocolos para a dinamização da modalidade de Equitação ao nível do Desporto Escolar e da Hipoterapia para os alunos com Medidas de Apoio à Aprendizagem e à Inclusão, e o Clube de Modelismo de Valongo e Campo.

Área cultural, social e recreativa

Nesta área, é de destacar a Banda de Música de S. Martinho, o Grupo Dramático e Musical de Campo, o Rancho Regional de Campo, a Associação Recreativa Cultural da Azenha, o Grupo Dramático e Recreativo da Retorta, os Canários de Balseilhas e o Centro de Dia do Centro Social e Paroquial S. Martinho. A vila de Campo, conta, também, com o dinamismo do Agrupamento de Escuteiros n.º 1281.

Do ponto de vista religioso, Campo possui uma Igreja Paroquial e várias capelas, com destaque para a capela de N^a S^a da Encarnação.

Área dos equipamentos desportivos e culturais

O Centro Social e Paroquial S. Martinho tem um auditório com 200 lugares, o Grupo Dramático e Recreativo da Retorta tem um empreendimento cultural com áreas para o desporto, teatro e outras modalidades culturais e artísticas, e o Centro Cultural de Campo, além de um auditório com 120 lugares, alberga nas suas instalações o Museu da Lousa.

Na vila de Campo estão instalados dois pavilhões gimnodesportivos municipais, usados pela Escola Básica e Secundária de Campo para as aulas de Educação Física, e dois campos de futebol.

Contexto Escolar

O Agrupamento de Escolas de Campo constituiu-se em novembro de 1997 como agrupamento horizontal e institucionalizou-se como agrupamento vertical no ano letivo 2003/2004. Desta forma, e como Comunidade Educativa, todos os seus agentes, professores, alunos, pais/EE, técnicos superiores, assistentes técnicos e assistentes operacionais se interligam em função de objetivos comuns:

- Atender e respeitar a cada um e a todos, como pessoas, independentemente das funções, lugar ou posição que ocupem;
- Dialogar e trocar ideias no sentido de uma maior eficiência e eficácia na atuação e no enriquecimento mútuo;
- Participar, responsabilmente, assumindo cada um o papel que lhe cabe na operacionalização deste PE.

Identificação e Caracterização das Escolas e JI do Agrupamento

O Agrupamento é constituído por cinco escolas básicas (1º Ciclo com Jardim de Infância) e uma escola básica e secundária:

- Escola Básica e Secundária de Campo – Escola sede do Agrupamento
- Escola Básica de Balseilhas
- Escola Básica de Moirais
- Escola Básica da Retorta
- Escola Básica da Azenha
- Escola Básica do Outeiro

Nos cinco edifícios escolares do 1º ciclo do ensino básico funcionam os cinco Jardins de Infância, os JI da Azenha e do Outeiro instalados nos espaços pertencentes às Escolas EB1 adaptados, os JI de Balseilhas e da Retorta em instalações próprias construídas de raiz para o efeito, e o JI de Moirais a funcionar no antigo edifício do 1º ciclo. De uma forma geral, todos os edifícios estão bem equipados em termos de mobiliário e outros equipamentos didáticos e informáticos, oferecendo salas de aula e de atividades educativas adequadas. No entanto, a Escola Básica da Azenha dispõe de poucos espaços interiores para o número de crianças e alunos que a frequentam, principalmente para a dinamização da Componente de Apoio à Família. Da mesma forma, também a Escola Básica de Moirais tem pouco espaço exterior para recreio, não possui polivalente para as atividades físicas e sente ainda a necessidade de um refeitório para a confeção, na escola, das refeições.

A Escola Básica e Secundária de Campo é constituída por um edifício a necessitar de algumas reparações estruturais e com poucos espaços físicos (salas ou outros espaços) para o número de alunos que a frequentam. A escola possui bons equipamentos didáticos, informáticos e culturais.

Nos seis edifícios escolares existe a necessidade de cobertos à entrada para melhor acolher crianças, alunos e pais/EE.

Na Escola sede funcionam os Serviços Administrativos e a Direção do Agrupamento.

Estes edifícios, cuja propriedade e manutenção cabe à Câmara Municipal de Valongo, encontram-se em bom estado de conservação, com algumas exceções. Para uma melhor visualização da caracterização dos seis edifícios escolares, apresenta-se o seguinte quadro:

Edifícios/ Tipos das Escolas	Salas de Aula			Biblioteca / Centro Recursos / UIE	Prolongamento de horário	Gab. Coord./ Sala D. Turma	Secretaria	Sala Prof.	Polivalente	Refeitório	Cozinha	Arrecadação	Grupo/Turmas		Gab. Méd. / Gab.
	J. Inf	1º Ciclo	2º/3º Ciclo e Sec.										Pré- Esc.	Ensino Básico e Secundário	
EB Balsehas P3	3	8	-	1(a)	2(d)	-	-	1	1	1	1	4	2	4	-
EB Moirais Centro Esc.	3	5	-	1	2(d)	-	-	1	1(c)	1(c)	-	1	2	4	-
EB Retorta PC	3	8	-	1(a)	2(d)	-	-	1	1	1	1	1	2	3	-
EB Azenha P3	3	4	-	1(a)	2(d)	-	-	1	1	1	1	2	3	4	-
EB Outeiro P3	3	7	-	1(a) 1(b)	2(d)	-	-	1	1	1	1	3	2	4	-
EBS Campo	-	-	32	1 1(b)		1	1	1	1	1	1	-	-	37	1 / 8
TOTAL	15	32	32	6 / 2	5 / 5	1	1	6	5 / 6	5 / 6	5	11	11	56	1 / 8

Quadro nº2 - Equipamentos escolares do Agrupamento

Fonte: Agrupamento de Escolas de Campo.

Legenda: a) Sala adaptada b) Sala CAA c) Refeitório e Polivalente d) Prolongamento de horário para a Educação Pré-escolar (AAAF) e para o 1º ciclo (CAF)

Procurando responder às necessidades das famílias e por isso integrada na componente de apoio à família, funcionam, para a dinamização das Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF), pólos de prolongamento de horário para as crianças de idade pré-escolar em todos os JI do Agrupamento. Da mesma forma, para a dinamização da Componente de Apoio à Família (CAF) do 1º ciclo, funciona, em todos os edifícios escolares, uma sala de atividades. A gestão da Componente de Apoio à Família é da responsabilidade da Câmara Municipal de Valongo em articulação com o Agrupamento.

Na EBS funciona também um Gabinete de Apoio ao Aluno e Família (GAAF) e de apoio a todo o Agrupamento.

Caraterização da Comunidade Escolar no ano letivo 2020/2021

Escolas/Ciclos/Anos			Professores Educadores	Alunos	Turmas	Assistente Administ.	Assistente Operacional	Prof Apoio Educativo/EE/Out	
EBS Campo	2º Ciclo	5º Ano	25	98	5	8	26 AO		
		6º Ano		134	6				
	3º Ciclo	7º Ano		140	6				
		8º Ano		113	5				
		9º Ano		91	4				
		CEF		--	--				
	Secundário	10º Ano		59	39				2
		11º Ano		46	3				
		12º Ano		68	4				
		Prof		34	2				
TOTAL ESCOLA			84	763	37		26 AO + 1 CEI		
EB Balseilhas	Jardim de Infância		2	38	2		3 AO		
	1º Ciclo	1º Ano	1	19	1		2 AO		
		2º Ano	1	9	1				
		3º Ano	1	18	1				
		4º Ano	1	16	1				
	Total 1º Ciclo		4	62	4				
TOTAL ESCOLA			6	100	6		5 AO + 1 CEI		
EB Moirais	Jardim de Infância		2	46	2		4 AO		
	1º Ciclo	1º Ano	1	24	1		3 AO		
		2º Ano	1	27	1				
		3º Ano	1	22	1				
		4º Ano	1	26	1				
Total 1º Ciclo		4	99	4					
TOTAL ESCOLA			6	145	6		7 AO + 1 CEI		
EB Retorta	Jardim de Infância		2	44	2		2 AO		
	1º Ciclo	1º Ano	1	7	0.5		2 AO		
		2º Ano	1	11	0.5				
		3º Ano	1	15	1				
		4º Ano	1	24	1				
Total 1º Ciclo		4	57	3					
TOTAL ESCOLA			6	101	5		4 AO + 1 CEI		
EB Azenha	Jardim de Infância		5	61	3		5 AO		
	1º Ciclo	1º Ano	1	24	1		2 AO		
		2º Ano	1	17	1				
		3º Ano	1	15	1				
		4º Ano	1	25	1				
Total 1º Ciclo		4	81	4					
TOTAL ESCOLA			9	142	7		7 AO + 2 CEI		
EB Outeiro	Jardim de Infância		2	45	2		3 AO		
	1º Ciclo	1º Ano	1	13	1		3AO		
		2º Ano	1	14	1				
		3º Ano	1	18	1				
		4º Ano	1	23	1				
Total 1º Ciclo		4	68	4					
TOTAL ESCOLA			6	113	6		6 AO + 2 CEI		
Total dos Jardins de Infancia			14	234	11		17AO		
Total 1º Ciclo			28	367	19		12 AO		
Total 2º/3ºCiclo, Profissional e Secundário			91	763	37	8	26 AO		
Total do Agrupamento			133	1364	67		55 AO		

- 5 Docentes na Direção
- 1 Mediador Socioeducativo
- 1 Psicólogo +2 com 17h
- 1 Educadora social
- 7 Prof. EE distribuídos pelos 6 edifícios escolares
- 5 Profº de Apoio Educativo no 1º Ciclo
- +2 GR 120

Quadro n.º 3 – Caraterização da comunidade escolar do Agrupamento no ano letivo 2020/2021.

Discentes

No ano letivo 2020/2021, o Agrupamento de Escolas de Campo é frequentado por um total de 1364 crianças e alunos, assim distribuídos:

Educação Pré-escolar – 234 crianças;

1.º Ciclo – 367 alunos;

2.º Ciclo – 232 alunos;

3.º Ciclo – 344 alunos;

Secundário – 187 alunos

Com medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão são 125 crianças e alunos.

Nos últimos anos letivos, o número de crianças e de alunos a frequentar as várias escolas tem-se mantido estável.

No sentido de assegurar uma resposta às necessidades de cada criança e de cada aluno e para que todos encontrem oportunidades para aprender e as condições para se realizarem de forma plena, o Agrupamento dispõe de um Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA). O CAA funciona em diferentes espaços, no sentido de corresponder à essência agregadora de recursos humanos e materiais, bem como dos saberes e competências da escola. Esses espaços agregam, sempre que se justifique, outros locais que compõem as escolas e que apresentam um conjunto de recursos e materiais variados direcionados às necessidades dos alunos, ordenados em função do tipo de trabalho, do tipo de recursos e valências e de áreas específicas, onde será possível atender a pequenos grupos ou a crianças / alunos individualmente.

Desta forma, as 125 crianças e alunos irão continuar a usufruir de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão patentes em Relatório Técnico Pedagógico aprovado no presente ano letivo.

Na população escolar temos, ainda, um número significativo de alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem. Para estes alunos, apesar do número reduzido de horas de apoio educativo, principalmente na Educação Pré-Escolar e no 1º Ciclo, a escola tenta implementar, para além de processos de aprendizagem diversificados, medidas de promoção do sucesso escolar que respondam aos seus interesses, capacidades e necessidades.

Pessoal docente

Ciclo	Total	Vínculo/Tempo de Serviço						Habilitações			
		QA		QZP		Contratados		Bach.	Licenc.	Mestrado	Doutoramento
		+15 Anos	-15 Anos	+15 Anos	-15 Anos	+15 Anos	-15 Anos				
J. Infância	14	10	0	3	1	0	0	2	9	3	0
1º	28	21	0	4	1	0	2	2	25	1	0
2º	25	15	0	7	0	0	3	2	21	2	0
3º/Sec.	59	35	0	12	1	9	2	1	46	12	0
Ed. Especial	7	6	0	1	0	0	0	0	5	2	0
Total	133	87	0	27	3	9	7	7	106	20	0

Quadro n.º 4 – Número total de docentes colocados no Agrupamento por categoria profissional, tempo de serviço e habilitações.
Fonte: Agrupamento de Escolas de Campo.

Pessoal não docente

Categoria	Total	Vínculo/Tempo de Serviço				Habilitações					
		Quadro		Contratado		1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Sec.	Lic.	Mest
		+10 Anos	-10 Anos	+10 Anos	-10 Anos						
Assistente Operacional	55	18	37	0	0	2	2	18	29	4	
Assistente Técnico	8	7	1	-	-	-	-	-	7	-	1

Quadro n.º 5 – Número total do pessoal não docente por categoria profissional, tempo de serviço e habilitações.
Fonte: Agrupamento de Escolas de Campo.

Exercem funções no Agrupamento 133 professores/educadores distribuídos pelos diferentes níveis de educação e de ensino, sendo na sua larga maioria licenciados.

Na Escola Básica e Secundária de Campo exercem funções trinta e quatro funcionários, dos quais vinte e seis são assistentes operacionais e oito são assistentes administrativos. Nos II, exercem funções dezassete assistentes operacionais para as atividades educativas, das quais sete também asseguram as atividades de animação e apoio à família (AAAF). Nas escolas do 1º ciclo exercem funções doze assistentes operacionais. Nas escolas, exercem, ainda, funções de assistentes operacionais trabalhadoras de Contratos de Emprego e Inserção (CEI) e outras a horas.

A falta de pessoal não docente continua a ser mais visível ao nível do Pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico. No 1.º ciclo, esta situação agravou-se com a implementação da escola a tempo inteiro, ou seja, com a dinamização das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) e com a implementação da Componente de Apoio à Família (AAAF e CAF).

Sucesso/Insucesso Escolar Triénio 2017/2020

Ao nível da Educação Pré-escolar tem-se verificado que as crianças frequentam o jardim de infância cada vez mais cedo, a completarem os 3 anos até dezembro mas estando desde setembro a tempo inteiro. Neste sentido, constata-se a presença de crianças mais imaturas, com problemas de linguagem na articulação das palavras e a frequentarem terapia da fala; algumas crianças com famílias disruptivas, com poucas vivências e baixas expectativas por parte dos pais; crianças com baixos níveis de atenção e concentração; e um aumento do número de crianças com medidas de apoio à aprendizagem e à inclusão. Face a esta conjuntura, a dinamização de projeto de literacia emergente (aprendizagem no domínio da leitura e escrita) e outras literacias, projeto bilingue, Projeto das Serras do Porto e projetos ecológicos e inovadores, projetos ERASMUS+, têm contribuído nos últimos anos para a evolução dos resultados positivos no desenvolvimento das aprendizagens destas crianças e um elevado sucesso na transição ao 1.º ciclo.

Em relação ao ensino básico e secundário, os gráficos e quadros que se seguem pretendem dar uma visão dos resultados obtidos no último triénio de acordo com os seguintes indicadores de medida: Avaliação Interna - taxas de repetência por ano de escolaridade e resultados por disciplina (níveis iguais e superiores a três); Avaliação Externa - resultados das provas de final de ciclo e dos exames nacionais e, ainda, as taxas de desistência escolar.

Avaliação Interna

1- Repetência por ano de escolaridade ao longo dos triénios 2014/2017 e 2017/2020

Anos	Ano Letivo 2014/2015	Ano Letivo 2015/2016	Ano Letivo 2016/2017	Ano Letivo 2017/2018	Ano Letivo 2018/2019	Ano Letivo 2019/2020
	Resultados obtidos					
2.º Ano	10,4	2,4	1,9	2	4	4,6
3.º Ano	1,1	0	0	0	0	1,8
4.º Ano	4,4	0	0	0	1	0
1.º Ciclo	4,8	1,0	0,6	0,6	2,0	2,0
5.º Ano	1,7	1	2,2	0	0	2,0
6.º Ano	4,6	5,1	2,1	7,2	1	0,7
2.º Ciclo	3,2	3,3	2,1	3,6	0,5	1,6
7.º Ano	3	10,9	8,3	12,5	2	2,7
8.º Ano	12,9	5,5	11,5	3,9	0	0
9.º Ano	6,4	10,8	9,6	2	1	0
3.º Ciclo	7,0	10,4	9,8	6,0	1	0,9
10.º Ano	9,2	3,9	3,9	6,6	1,4	4
11.º Ano	0	7,3	10,7	3,0	3,7	1,5
12.º Ano	42,9	19,6	17	27,3	34	23

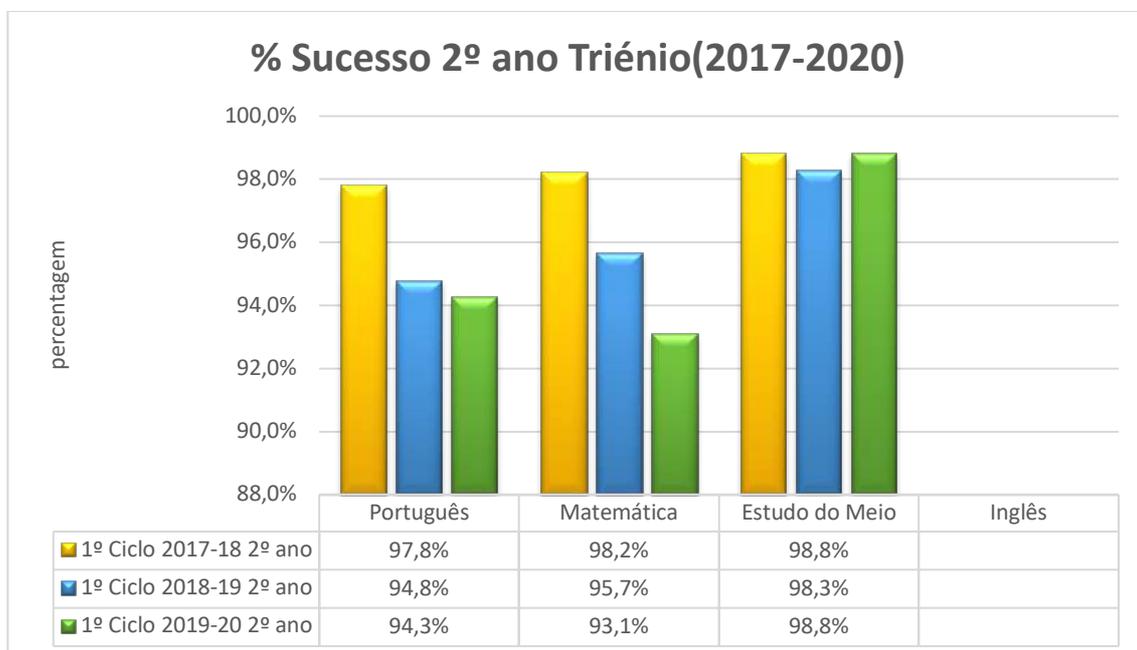
Quadro n.º 6 –

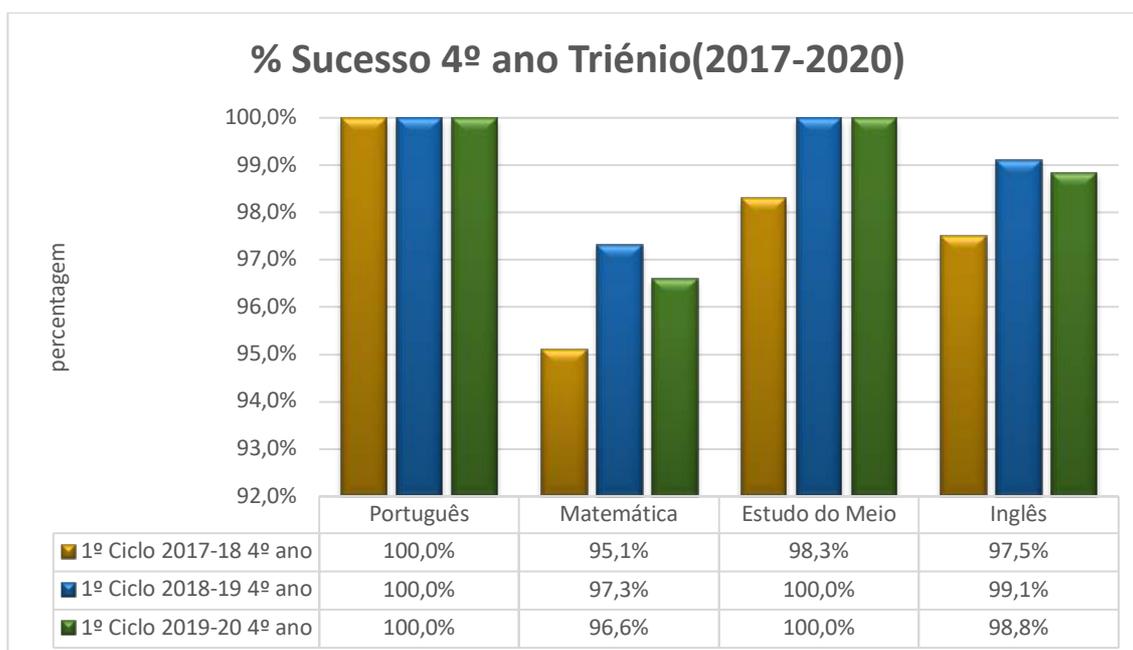
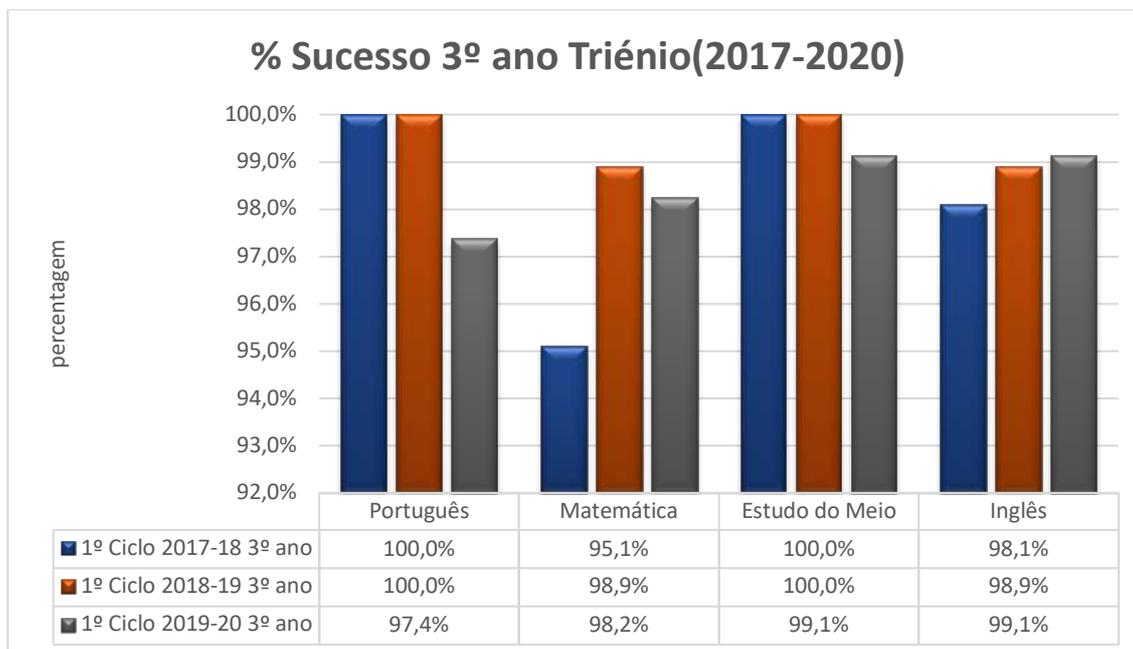
Fonte: Agrupamento de Escolas de Campo.

No triénio 2017/2020, apenas o 1.º ciclo aumentou ligeiramente a sua taxa de repetência.

2 - Resultados por Disciplina, níveis iguais e superiores a três, ao longo do triénio 2017/2020

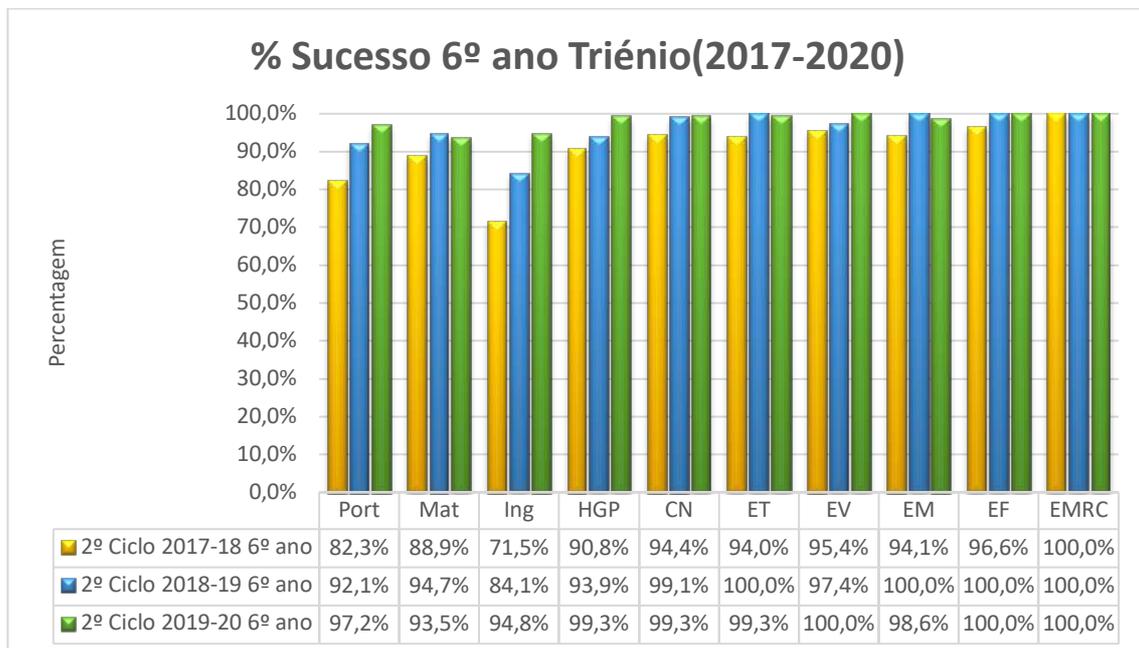
1º Ciclo





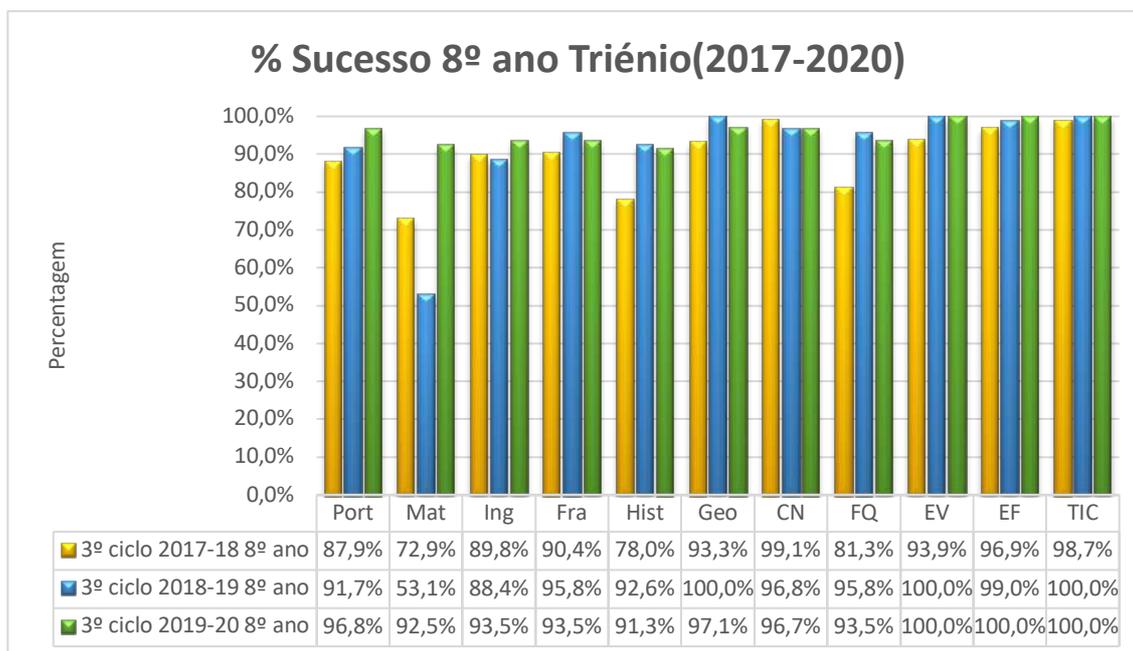
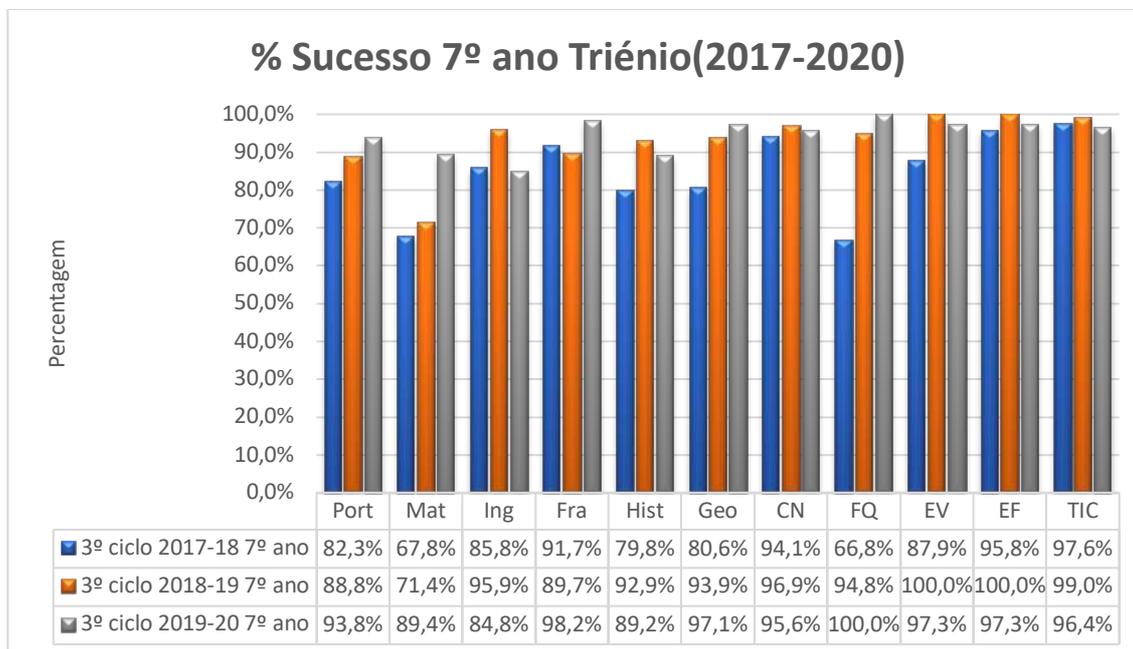
Numa análise global, no 1º ciclo, os resultados apresentam uma evolução positiva e sustentada ao longo do último triénio. Os valores apresentados são muito bons, pelo que as oscilações dos resultados não têm grande significado real em termos de número efetivo de alunos. No entanto, a nível do 1.º e 2.º anos, os valores nas disciplinas de Português e de Matemática apresentam um ligeiro decréscimo.

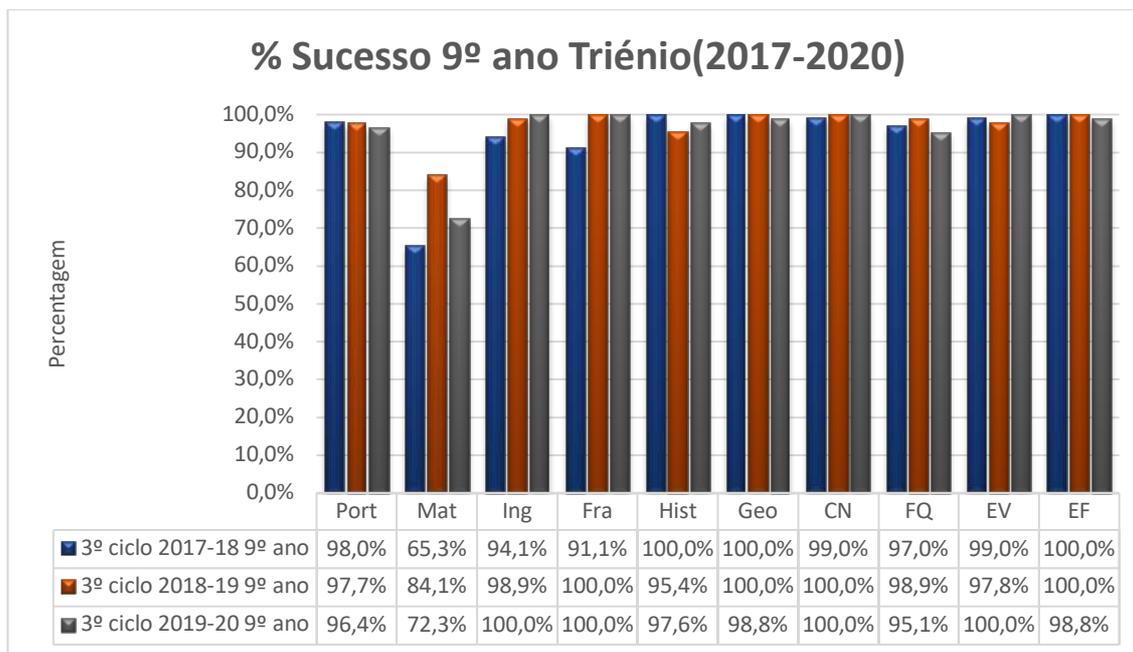
2.º Ciclo



No 2º ciclo, verifica-se que, ao longo do triénio 2017/2020 os resultados escolares são, globalmente, positivos e as oscilações dos resultados também não são significativas. Verificou-se que, em várias disciplinas, as metas definidas foram superadas.

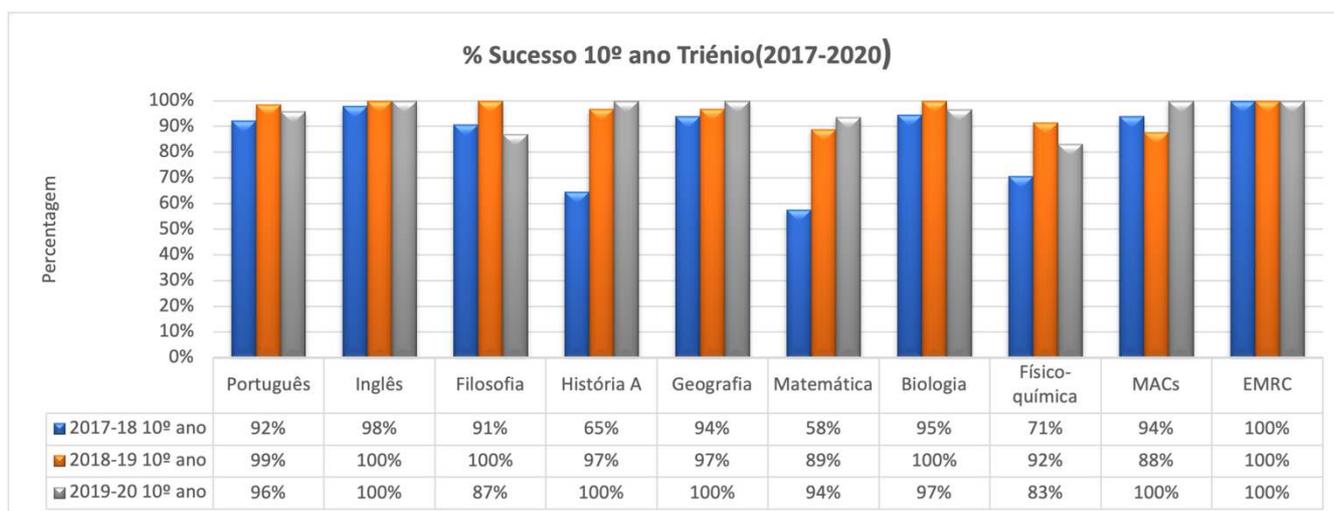
3.º Ciclo

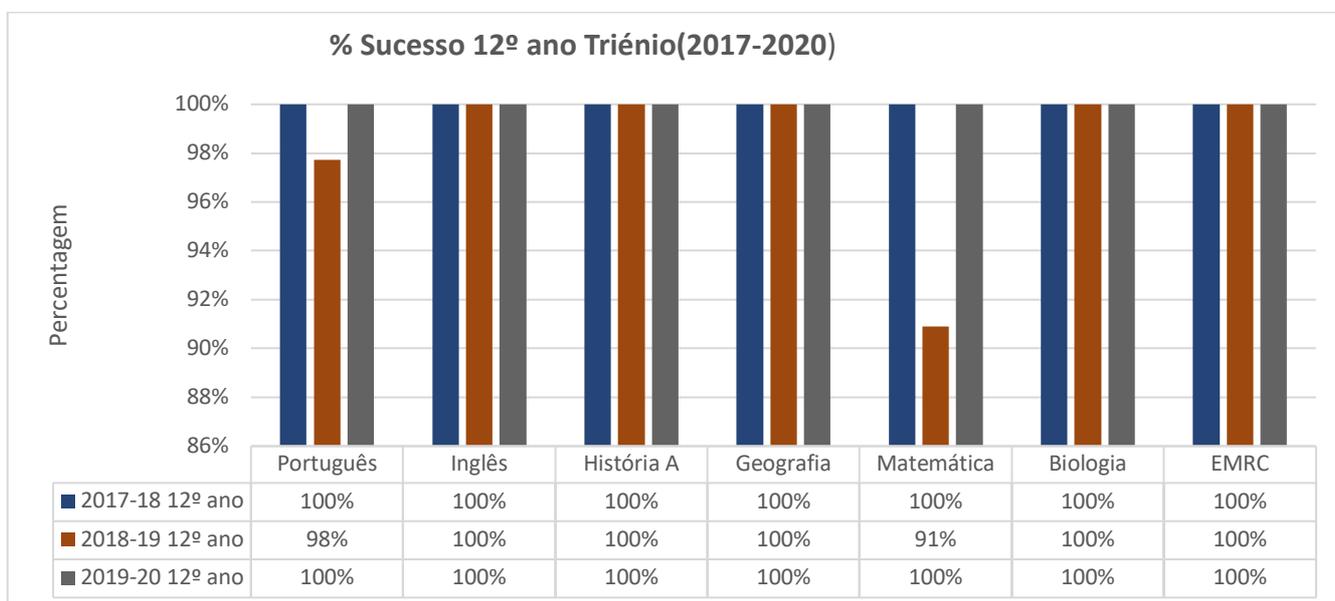
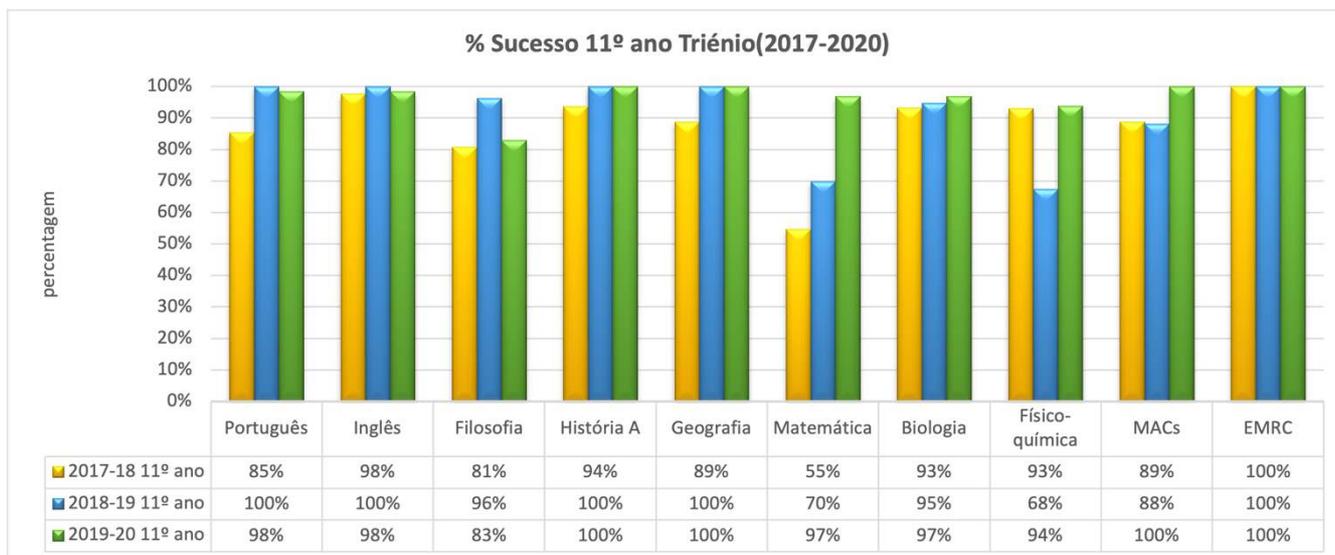




No 3º ciclo, constata-se que há uma evolução positiva e sustentada nos resultados das disciplinas. A maioria das disciplinas atingiu as metas definidas. Neste ciclo, a disciplina de Matemática, que tem vindo a melhorar ao longo do triénio, ainda apresenta resultados pouco satisfatórios, se comparados com os das outras disciplinas, emergindo como uma disciplina a ser reforçada.

Ensino Secundário





No Ensino Secundário, constata-se que há uma evolução positiva e sustentada nos resultados das várias disciplinas e uma melhoria na taxa de sucesso pleno. Destaca-se a evolução positiva das disciplinas de Matemática, Físico-química e História A.

Avaliação Externa

1. Provas de Final de Ciclo e Exames Nacionais, ao longo do triénio 2014/2017 e 2017/2020

3.º ciclo – 9.º ano							
Disciplinas	Ano	Ano letivo 2017/18		Ano letivo 2018/19		Ano letivo 2019/20	
		C.A.	M. Nac.	C.A.	M. Nac.	C.A.	M. Nac.
Português	9º	64	66	52	60	a)	
Matemática	9º	42	47	46,5	55	a)	

a) No ano letivo 2019/2020, não foram realizadas as provas finais do 9.º ano, devido ao estado de pandemia provocado pelo coronavírus.

No que diz respeito aos resultados dos exames de 9º ano, o Agrupamento continua ainda a não acompanhar a média nacional.

Avaliação Externa - Secundário							
Disciplinas	Ano	Ano letivo 2017/18		Ano letivo 2018/19		Ano letivo 2019/2020	
		C.A	M.Nac	C.A	M.Nac	C.A	M.Nac
Filosofia	11º	8,4	11,1	9,7	9,8	10	13
Bio/Geo	11º	8,8	10,9	9,9	10,7	13,7	14
F.Q. A	11º	7,7	10,6	8,6	10,0	14,2	13,2
Geografia	11º	9,2	11,6	8,5	10,3	12,6	13,6
MACS	11º	10	10,2	13,3	11,0	7,9	9,5
Português	12º	7,9	11	9,5	11,8	12,3	12
Matemática A	12º	9,4	10,9	10,0	11,5	13,6	13,3
História A	12º	9,1	9,5	9,4	10,4	15	13,4

No ensino secundário, numa análise comparativa, ao longo do triénio, verificamos que na maioria das disciplinas houve uma evolução positiva, nomeadamente a Matemática A, Físico e Química A, História A, Português e Biologia e Geologia, sendo que Matemática, Físico e Química A e História A ultrapassam a média nacional. Consta-se que apenas em três disciplinas, Filosofia, Português e MACS, a média ainda não acompanha a média nacional.

Indicador de medida - Taxas de Desistência Escolar ao longo do triénio 2017/2020

O Agrupamento já não se debate com problemas de absentismo, após vários anos de estratégias concertadas nesse sentido e patentes no PE do triénio transato. No entanto, esta temática mantém-se como preocupação, uma vez que, consonante com os valores e princípios deste PE, importa qualificar os jovens nas demais dimensões do processo de qualificação, ao invés de apenas os reter no sistema de educação e formação; evitando, assim, o abandono escolar dos jovens antes de completarem a sua escolaridade, ainda que atinjam a maioridade.

Neste sentido, o Gabinete de Apoio ao Aluno e Família (GAAF) do Agrupamento, em esforço parceiro com a rede socioeducativa concelhia, que já foi sendo criada desde a génese do gabinete, continuará a sua intervenção junto dos jovens com dificuldades de apropriação e valorização escolar para evitar a saída precoce da escolaridade e consequente adensamento da sua vulnerabilidade, pobreza e exclusão social.

O quadro seguinte indica-nos o número de alunos que não concluíram a escolaridade obrigatória de 12 anos ao longo do triénio, ou seja, podem ter abandonado a escola pelo facto de terem atingido os 18 anos e não terem concluído o 12º ano.

Ano letivo	Nº de alunos do Ensino Básico e do Ensino Secundário	Nº de alunos que não concluíram a escolaridade	% de alunos que não concluíram a escolaridade
2017/2018	1134	8	0,7%
2018/2019	1094	17	1,6
2019/2020	1093	5	0,45

Assim, o Agrupamento, ao longo deste triénio, apesar de a taxa de desistência não ter sido constante, conseguiu atingir a meta definida (1%).

Princípios Pedagógicos do Agrupamento

Modelo Educativo

A Comunidade Educativa de Campo acredita que o papel fundamental da *Educação* consiste no desenvolvimento integral do *sujeito Aluno*. Neste sentido, desenvolver-se-ão processos facilitadores e promotores de uma articulação entre as várias áreas de conhecimento que possam contribuir ativamente para o desenvolvimento global das crianças e dos jovens. Assumimos, na organização das práticas pedagógicas e didáticas do Agrupamento, os princípios, visão, valores e áreas de competência definidas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (despacho nº 6478/2017 de 26 de julho) de forma a adequar a globalidade da ação educativa às finalidades do referido perfil de competências dos alunos, integrando as questões relacionadas com a identidade e segurança, sustentabilidade, interculturalidade, inovação e criatividade.

Assente neste princípio do desenvolvimento integral dos alunos, continua a emergir como essencial a construção e desenvolvimento de projetos de articulação e gestão curricular entre as várias disciplinas e os diferentes níveis e ciclos de educação e de ensino, de forma que os conteúdos e as finalidades disciplinares sejam recursivamente convocados, numa ação educativa coerente e flexível. É através da gestão flexível do currículo e do trabalho conjunto dos professores e educadores sobre o currículo que é possível explorar temas diferenciados, trazendo a atualidade para o centro das aprendizagens visadas. Assim, as ações pedagógicas devem nortear-se pelo desenvolvimento de diferentes conhecimentos, capacidades e atitudes para que os alunos construam e sedimentem o seu perfil de competências com base numa cultura científica e artística de cariz humanista.

Estes princípios educativos centrados na pessoa e na dignidade humana como valores fundamentais enquadram-se numa abordagem socioconstrutivista da Educação, assumindo a aprendizagem humana como um processo de mediação com o “outro”. Esse outro é não só mediado, mas também mediador, numa simbiose onde todos ampliam as suas capacidades coletivas e singulares. Dessas relações mediadas resulta a interpretação, criação e atribuição de significados ao mundo que nos rodeia, formando a cultura (Souza, 2012). Neste sentido, consideramos as aprendizagens como centro do processo educativo, a inclusão como exigência, a contribuição para o desenvolvimento sustentável como desafio, valorizando o Saber, numa perspetiva de cultura e ciência, Saber e Saber fazer. Assim, o foco da aprendizagem assenta na interação aluno-professor e aluno-aluno, sendo nestas relações que se produz o conhecimento. O papel do professor é o de mediador entre o aluno, os conhecimentos que este possui e o mundo. Segundo Vygotsky (1998), é um processo de mediação que ajuda o aluno a alcançar um desenvolvimento que ele ainda não conseguiu atingir sozinho, processo esse efetuado no plano da “Zona de Desenvolvimento Proximal” (ZDP).

Nesta sequência, o professor assume um papel de “co-piloto”, de alguém que estimula, apoia e organiza, ou seja, medeia a relação dos alunos com o saber (Cosme & Trindade, 2003). Neste contexto, permite-se que os sujeitos se desenvolvam globalmente na sua relação com o mundo que os rodeia, no qual o professor se constitui como andaime no processo de aprendizagem (Marinho, 2012).

As práticas pedagógicas e o processo de avaliação das aprendizagens, assentes nesta perspetiva socioconstrutivista, promovem no aluno uma orientação para o que este deverá fazer para aprender, cujo

processo tem origem em três etapas: onde estão os alunos na sua aprendizagem? para onde vão? quais os passos necessários para chegar lá? Partindo de uma reflexão cuidada sobre as dificuldades dos alunos e através da ação de feedback no plano da ZDP, dever-se-á reativar processos de mediação de ensino e de aprendizagem, desenvolvendo formas de intervenção pedagógica que apoiam a satisfação da intenção/ação, ou seja, a aprendizagem e o sucesso de todos.

Em síntese:

	Processo Ensino-Aprendizagem	Avaliação da Aprendizagem
Caraterísticas	<ul style="list-style-type: none"> • Processos de articulação entre as várias áreas de conhecimento/níveis de escolaridade (projetos de articulação e gestão curricular com suporte na definição de estratégias, metodologias e procedimentos pedagógico-didáticos adequados ao sujeito-aluno e ao seu meio local); • Processo de mediação no plano da Zona de Desenvolvimento Proximal; • Contextualização do conhecimento prévio para a produção de novos conhecimentos; • Interação entre o aluno-professor e aluno-aluno. 	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação integrada no processo ensino-aprendizagem; • Avaliação para a qualidade da aprendizagem; • Recurso a uma variedade de estratégias, técnicas e instrumentos; • Feedback como processo indispensável para a melhoria da aprendizagem; • Aprendizagem através da tentativa e do erro; • Participação ativa dos alunos; • Avaliação formativa.
O professor assume o papel de mediador ativo em todo o processo de ensino e aprendizagem		

Integrada nesta abordagem socioconstrutivista de Educação, o Agrupamento assume um modelo de Escola - Comunidade Educativa que se vê a si própria como um espaço educativo que encontra formas de articular esforços com as potencialidades do meio em que se insere, no sentido de dar respostas concertadas aos problemas identificados e de garantir a estabilidade e igualdade de oportunidades de acesso e de sucesso para todos, aceitando a diversidade de percursos. Perante a diversidade e as dificuldades, o Agrupamento desenvolve inovações educativas e curriculares capazes de oferecer a cada criança/aluno um currículo e condições de aprendizagem adequadas aos seus interesses, necessidades e percursos escolares diferenciados e/ou alternativos. Uma Escola - *Comunidade Educativa* - que aposta num modelo de *Professor/Educador reflexivo e crítico* que, com os seus pares e num trabalho de equipa, cria oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional, momentos de reflexão partilhada e comprometida no sentido de questionar as suas práticas e, em conjunto, procurar respostas para os desafios diários.

Princípios e Valores

O Agrupamento define e assume, como **Princípios Pedagógicos Orientadores**, os referenciais da atividade docente de todos os níveis de educação e de ensino (Decreto-Lei nº 240/2001 de 30 de agosto), nomeadamente as **IV dimensões do Perfil Geral de Desempenho Profissional**:

- Dimensão profissional, social e ética;
- Dimensão de desenvolvimento do ensino e da aprendizagem;
- Dimensão de participação na escola e de relação com a comunidade;
- Dimensão de desenvolvimento profissional ao longo da vida.

Estes princípios orientadores da ação pedagógica assentam nos valores expressos no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (despacho nº 6478/2017 de 26 de julho):

- **“Responsabilidade e integridade** - Respeitar-se a si mesmo e aos outros; saber agir eticamente, consciente da obrigação de responder pelas próprias ações; ponderar as ações próprias e alheias em função do bem comum.
- **Excelência e exigência** - Aspirar ao trabalho bem feito, ao rigor e à superação; ser perseverante perante as dificuldades; ter consciência de si e dos outros; ter sensibilidade e ser solidário para com os outros.
- **Curiosidade, reflexão e inovação** – Querer aprender mais; desenvolver o pensamento reflexivo, crítico e criativo; procurar novas soluções e aplicações.
- **Cidadania e participação** – Demonstrar respeito pela diversidade humana e cultural e agir de acordo com os princípios dos direitos humanos; negociar a solução de conflitos em prol da solidariedade e da sustentabilidade ecológica; ser interventivo, tomando a iniciativa e sendo empreendedor.
- **Liberdade** – Manifestar a autonomia pessoal centrada nos direitos humanos, na democracia, na cidadania, na equidade, no respeito mútuo, na livre escolha e no bem comum.”

Os valores são, assim, entendidos como os elementos e as características éticas, expressos através da forma como todos os agentes educativos do Agrupamento (docentes, discentes, técnicos superiores, assistentes técnicos e operacionais e encarregados de educação) devem atuar e justificar o seu modo de estar e agir. Trata-se da relação construída entre a realidade, a personalidade e os fatores de contexto, relação essa que se exprime através de atitudes, condutas e comportamentos.

Ao aceitarmos estes princípios e valores e não negligenciando que a Escola sozinha não pode vencer todas as dificuldades inerentes às condições individuais e sociais da pessoa, ela assume o compromisso efetivo de construir e desenvolver condições reais e objetivas que possam enfrentar esses constrangimentos. Queremos com isto reforçar que a “Escola (professores, alunos, técnicos, assistentes operacionais, pais/encarregados de educação), no seu coletivo, não deverá assumir um papel descrente face às dificuldades manifestadas pelos alunos encerrando-se numa espécie de egocentrismo” (Marinho, 2014: 44-45). Assim, será importante que a Escola, e de forma sistemática, analise os seus procedimentos, e perante as consequências não desejadas, não se demita nas componentes que são da sua responsabilidade.

Desta forma, e apoiando-nos em Perrenoud (2000), **consideramos importante que se assumam uma série de lutos por representações e práticas**, no sentido de se criar e desenvolver condições efetivas de *diferenciação pedagógica*, que possam responder à Missão do sucesso de tod@s e para tod@s, tais como:

- *O luto do fatalismo do fracasso* – consciencializar-se que o insucesso escolar não é um fatalismo;
- *O luto da rejeição do bode expiatório* – reconhecer as suas próprias responsabilidades no insucesso dos alunos questionando-se sobre as suas práticas, antes de atribuir culpas a outrem;
- *O luto da liberdade na relação pedagógica* – aceitar o desafio constante de trabalhar com os alunos mais desfavorecidos de forma mais intensiva, mais metódica e mais individualizada;
- *O luto das rotinas repousantes* – ultrapassar a construção de rotinas, procurando constantemente reformular as suas práticas no sentido de dar resposta às dificuldades reveladas pelos alunos;
- *O luto das certezas didáticas* – questionar as opções didáticas que são geralmente desenvolvidas e que funcionam com os alunos sem dificuldades, pois, para os alunos com mais dificuldades, os processos didáticos poderão ter que ser reconstruídos em função de cada caso particular;
- *O luto do esplêndido isolamento* – abandonar formas de trabalho mais isolado e optar pelo trabalho em equipas (*ibidem*, p. 140)

Desta forma, espera-se que os obstáculos que possam emergir na **ação pedagógica**, inerentes às exigências dos atuais tempos de imprevisibilidade e de mudanças aceleradas, sejam metamorfoseados em desafios e assim se possam reconfigurar possibilidades de desenvolvimento de práticas contextualizadas, comprometidas com uma ação decorrente de uma intenção efetiva de *diferenciação pedagógica*, promotora de sucesso para todos.

A aposta em novas metodologias leva os profissionais a inovar suas práticas pedagógicas. É o caso da metodologia de projeto, da interdisciplinaridade entre Ciências, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática, disciplinas que dotam os alunos de competências essenciais para o seu futuro no mercado de trabalho. Os pensamentos crítico e analítico, a tomada de decisão, a resolução de problemas, entre outras *soft skills*, são ferramentas preciosas que a Educação STEAM fomenta. Os fundamentos da Educação STEAM estão na investigação, pensamento crítico e aprendizagem baseada em processos. Todo o conceito de aprendizagem STEAM e a sua abordagem baseiam-se no levantamento de questões e no aprofundamento das mesmas. A curiosidade e o questionamento dão início à pesquisa por soluções para um determinado problema. Ser criativo nessa busca é crucial. Tudo isto significa que as Humanidades, na Educação STEAM, são parte integrante da aprendizagem e é essa a tendência que dota as crianças e jovens de competências que os tornarão melhores profissionais no futuro.

Identificação da Problemática

Identificação e Fundamentação da Problemática

A avaliação do PE do triénio 2017/2020 foi efetuada através da análise documental aos relatórios periódicos de avaliação dos Planos Anuais e Plurianuais de Atividades e da análise dos dados obtidos através dos inquéritos de opinião passados à comunidade educativa (professores/educadores, alunos, pais e encarregados de educação, técnicos superiores, assistentes operacionais, assistentes técnicos, autarquia, empresas e instituições locais). Enquanto metodologia, no tratamento dos dados recolhidos, a opção foi a análise de conteúdo dos dados qualitativos, sendo os resultados cruzados com os da análise estatística efetuada aos inquéritos e aos resultados escolares.

Esta análise permitiu-nos caracterizar a situação atual do Agrupamento e da comunidade local, perspetivar a realidade futura das escolas e jardins de infância do Agrupamento e adequar as estratégias de intervenção às potencialidades e fragilidades identificadas.

Desta análise, aferimos que a problemática da comunidade educativa do Agrupamento continua a manter-se ao nível das dificuldades de aprendizagem, visível ainda nos resultados escolares dos alunos, principalmente no 3.º ciclo, ao nível da qualidade das aprendizagens e nos resultados na avaliação externa, consequência de alguns contextos familiares mais desfavorecidos e de uma convergência de outros problemas ligados ao meio e ao contexto escolar.

Diagnóstico Estratégico

A identificação das problemáticas e potencialidades da vila de Campo, num cruzamento com as detetadas nas escolas do Agrupamento, alicerçou-se na análise SWOT, que a seguir apresentamos, no âmbito da qual foi possível identificar os pontos fortes/forças e os pontos fracos/fragilidades, bem como as oportunidades / potencialidades e as ameaças / constrangimentos, elementos de uma importância decisiva na definição de uma estratégia de ação que se pretende eficaz e direcionada para os problemas a resolver.

A consciência desta problemática, conjugada com as potencialidades que o Agrupamento e a Comunidade local oferecem, permite-nos perspetivar o trabalho de uma forma mais concertada e sustentada

Tabela SWOT – Potencialidades e Constrangimentos da Comunidade Educativa do Agrupamento

		Potencialidades	Constrangimentos
Fatores da Organização Escolar	Pontos Fortes	<ul style="list-style-type: none"> • Sucesso educativo como preocupação de todos; • Absentismo escolar residual; • Aumento do número de alunos (as) com sucesso pleno; • Diminuição expressiva de ocorrências disciplinares; • Identificação atempada de alunos (as) com medidas de apoio à aprendizagem e inclusão; • Projeto de transição (Educação Pré-escolar/1.º Ciclo); • Objetivos estratégicos bem definidos; • Implementação de medidas de promoção do sucesso educativo; • Mobilização dos docentes por parte da Direção; • Disponibilidade da Direção em relação a todos os elementos da comunidade educativa; • Organização clara do trabalho/plano facilitador para a consecução dos objetivos estratégicos; • Partilha entre pares de estratégias para a melhoria dos resultados; • Qualidade da relação pedagógica reconhecida pelos alunos; • Reconhecimento dos coordenadores/lideranças intermédias como fundamentais para o sucesso da organização; • Formação como uma prática regular e sistemática em contexto de trabalho; • Qualidade do serviço prestado nas Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF – Pré-escolar) e na componente de apoio à família (CAF - 1º ciclo); • Bom relacionamento dos Pais/EE com a escola; • Respeito e a confiança da Comunidade, em relação à Escola / Agrupamento; • Parcerias estabelecidas pelo Agrupamento ao nível das instituições locais, instituições de ensino superior e associações culturais e recreativas; • Capacidade e proatividade do Agrupamento, a nível interno e externo, no desenvolvimento de iniciativas e projetos. • Envolvimento do Agrupamento em Projetos nacionais e europeus e seu impacto na melhoria das práticas pedagógicas e interesse dos alunos (as); • Biblioteca Escolar como polo de desenvolvimento de iniciativas diversificadas e apoio à aprendizagem.; • Divulgação/disseminação do trabalho realizado e promoção da imagem/visibilidade do próprio Agrupamento. 	<ul style="list-style-type: none"> • Qualidade das aprendizagens dos alunos; • Práticas de avaliação; • Algumas estratégias de ensino e de diferenciação pedagógica menos eficazes; • Articulação curricular entre os ciclos do ensino básico ainda pouco consistente; • Identificação objetiva de causas explicativas do sucesso e insucesso dos alunos que sustente a definição de planos de ação eficazes; • Competências de gestão de equipas de trabalho, por parte das lideranças intermédias a necessitarem ainda de melhoria; • Necessidade de garantir uma participação mais efetiva nos processos da autoavaliação, nomeadamente das lideranças intermédias e dos docentes; • Necessidade de garantir uma efetiva monitorização ao nível dos apoios educativos, coordenação pedagógica e formação profissional; • Apoios educativos escassos na Educação Pré-escolar; • Acompanhamento e envolvimento efetivo de algumas famílias no percurso dos seus educandos; • Baixas expectativas de um grupo, ainda considerável, de alunos e de pais/EE face à escola e ao futuro académico e profissional dos seus educandos.
	Pontos Fracos		
Fatores Externos à Organização Escolar	Oportunidades	<p style="text-align: center;"><u>Meio</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Centralidade geográfica da vila de Campo, facilitadora de intercâmbios e crescimento populacional; • Boas condições de acessibilidade; • Existência da zona industrial (ZIC), facilitadora de parcerias com a Escola, de estágios, conhecimento mútuo e possibilidades de emprego; • Recursos naturais, históricos e paisagísticos da freguesia e concelho; • Recetividade e cooperação das empresas locais e das associações recreativas e culturais com o Agrupamento, o que permite a partilha de conhecimentos, recursos humanos, materiais e físicos. 	<p style="text-align: center;"><u>Meio</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Meio social e económico carenciado; • Contextos familiares desfavorecidos; • Elevada taxa de desemprego; • Reduzido nível de escolaridade e de literacia num número significativo da população; • Pouco investimento, por parte da autarquia, na aquisição e manutenção do equipamento (recursos tecnológicos, rede de internet, algum mobiliário mais adequado), nas escolas, adequação dos espaços interiores e exteriores de algumas escolas à realidade, ao nível dos transportes e na dinamização dos espaços culturais do concelho. <p style="text-align: center;"><u>Administração central (MEC)</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Instabilidade do grupo de docentes ao longo do desenvolvimento do PE; • Redução de recursos humanos.
	Ameaças		

Ação Estratégica

Missão do Agrupamento

Às escolas “está confiada uma missão de serviço público, que consiste em dotar todos e cada um dos cidadãos das competências e conhecimentos que lhes permitam explorar plenamente as suas capacidades, integrar-se ativamente na sociedade e dar um contributo para a vida económica, social e cultural do País ” (*in Decretos-Lei 75/2008 e 137/2012*). Desta forma, “o Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória aponta para uma educação escolar em que os alunos desta geração global constroem e sedimentam uma cultura científica e artística de base humanista. Para tal, mobilizam valores e competências que lhes permitem intervir na vida e na história dos indivíduos e das sociedades, tomar decisões livres e fundamentadas sobre questões naturais, sociais e éticas, e dispor de uma capacidade de participação cívica, ativa, consciente e responsável” (*Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória - despacho n° 6478/2017 de 26 de julho*).

Neste enquadramento, o objetivo primeiro da *Escola* é propiciar aos alunos a aprendizagem de conhecimentos sólidos e robustos, constituindo-se, como requisitos básicos do cumprimento desta função social, o acesso, a permanência e o *Sucesso de Todos*, independente do percurso escolar que cada um possa realizar em função dos seus objetivos. É assente neste pressuposto que o Agrupamento continua a assumir como sua

Missão:

- **Construir o Sucesso com Tod@s e para Tod@s** – criar e apoiar condições que continuem a garantir o apoio diferenciado, a cada uma das crianças e dos jovens, apoio este imprescindível para uma cultura de sucesso em que todos os alunos possam aprender.

Visão Estratégica:

- O reforço da identidade do Agrupamento como instituição educativa pública de referência no concelho de Valongo.

Objetivos Estratégicos

Nesta sequência, o Agrupamento assume como **Propósito da sua Ação** “Potenciar o desenvolvimento global dos alunos e o seu desempenho académico, com base na melhoria da qualidade das aprendizagens, num contexto de rigor e exigência”, através dos seguintes **Objetivos Estratégicos**:

- Manter a taxa de sucesso;
- Melhorar a qualidade do sucesso e das aprendizagens;
- Consolidar a qualidade nos processos formativos;
- Consolidar mecanismos de liderança e de gestão.

A operacionalização destes objetivos estratégicos, numa perspetiva de sustentabilidade do sucesso escolar já alcançados e da melhoria da qualidade deste mesmo sucesso e das aprendizagens, de adequação e/ou consolidação das práticas letivas às finalidades do perfil de competências dos alunos e de um maior reforço e rentabilização do trabalho colaborativo (*trabalho entre pares*), visa desenvolver e implementar soluções adaptadas à comunidade em que o Agrupamento se insere de forma a responder aos objetivos elencados, através das metas estabelecidas.

Metas Educativas

“Aquilo que não é medido não pode ser acompanhado e, por conseguinte, não pode ser melhorado.”
W.E.Deming

As metas que a seguir se apresentam constituem o propósito relativamente aos resultados escolares dos alunos do Agrupamento, visando orientar a ação educativa na sala de aula / atividades e efetuar uma monitorização regular aos processos e aos resultados das aprendizagens dos alunos no sentido do desenvolvimento de uma cultura de avaliação contínua, de adequação dos processos de ensino e de aprendizagem, mobilização de esforços e recursos para a sua consecução.

Neste sentido, o Agrupamento, como ação estratégica, pretende continuar a direcionar as atividades da escola para o reforço da aprendizagem em diferentes contextos de trabalho pedagógico, proporcionando, desta forma, um acompanhamento diferenciado a todos os alunos através de medidas de promoção do sucesso educativo, como constam também no Plano de Inovação.

Educação Pré-Escolar

Integradas neste propósito da promoção do sucesso educativo dos alunos do Agrupamento, as metas educativas relacionadas com a melhoria da qualidade do sucesso e das aprendizagens e dos níveis de educação cívica dos alunos, a operacionalizar no ensino básico e secundário, estendem-se à educação de infância, já que a promoção do sucesso educativo, pessoal e social se inicia na educação pré-escolar que, enquanto primeira etapa da educação básica, se situa no *entre* a família e a escolaridade obrigatória.

A Lei – Quadro da Educação Pré-Escolar (Lei nº 5/97) e as Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar (OCEPE 2016), enquanto quadro legislativo, clarificam as três funções da Educação de Infância – **educativa, social e preventiva**. E é a este nível, e como contributo determinante na promoção da igualdade de oportunidades de acesso e de sucesso para todas as crianças, que se definem as Metas Específicas que se pretendem atingir neste nível de educação, nomeadamente:

1. Na sua **função educativa**, atingir o nível de desenvolvimento em todas as crianças, de acordo com os Perfis de Aprendizagem traçados para as respetivas faixas etárias / Desenho Curricular do Agrupamento (Anexo 1 deste documento);
2. Na sua **função social**, continuar a manter o grau de satisfação das crianças e dos pais/EE nas atividades de animação e apoio à família (AAAF), através de atividades de fruição, diferenciadas da componente educativa, dando resposta às necessidades dos horários das famílias;
3. Na sua **função preventiva**, continuar a identificar, precocemente, as crianças que apresentem maiores dificuldades e/ou *handicaps* socioculturais, no sentido de as ajudar a disporem das mesmas oportunidades de sucesso na etapa seguinte - a escolaridade obrigatória - através de um trabalho complementar e compensatório;
4. **Estabelecer relações recíprocas com as famílias e comunidade**, trabalhando com elas a importância da frequência do JI no desenvolvimento das crianças, traduzida na assiduidade e pontualidade e no gosto pela Escola;

5. Assegurar, através do cumprimento das OCEPE (2016) – Desenho Curricular da Educação Pré-Escolar do Agrupamento -, uma visão de criança e de educação que promova a continuidade educativa, fundada em intencionalidades pedagógicas, princípios e valores, como condição para transições seguras e significativas para a escolaridade obrigatória.

Ensino Básico

No Ensino Básico, o desafio do Agrupamento, para o próximo triénio, centra-se na promoção da qualidade do sucesso educativo e das aprendizagens de todos os alunos. Assim, as metas propostas para a avaliação, com base nos resultados do último triénio, devem articular os indicadores de medida definidos com os objetivos operacionais seguintes:

- Procurar garantir a sustentabilidade da taxa de aprovação/retenção;
- Melhorar o sucesso pleno;
- Melhorar a qualidade das aprendizagens;
- Promover competências que facilitem o acesso ao mercado de trabalho;
- Desenvolver a participação cívica dos alunos na comunidade.

Ensino Secundário e Ensino Profissional

Neste nível de ensino, a aposta do Agrupamento é proporcionar aos alunos a oportunidade de prosseguirem estudos superiores e/ou obterem uma qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho. As ofertas disponibilizadas são diversificadas e adaptadas a percursos diferentes de educação e formação. As disciplinas de opção serão selecionadas de acordo com o interesse dos alunos. Ao nível do ensino profissional, a oferta disponibilizada foi escolhida tendo em conta a empregabilidade futura e também após auscultação dos parceiros do Agrupamento. As metas para o ensino profissional foram definidas em função dos alunos certificados no final do 1.º curso profissional desenvolvido no Agrupamento.

Outras ofertas formativas

Como medida de promoção do sucesso escolar e no âmbito da sua autonomia pedagógica e organizativa, o Agrupamento, anualmente, reorienta os alunos que revelem insucesso escolar repetido ou problemas de integração, após uma avaliação da situação pelos Serviços de Psicologia e concordância dos Encarregados de Educação, integrando-os em percursos que lhes permitam continuar a estudar, no sentido de uma certificação escolar e, simultaneamente, uma certificação profissional. Com esta estratégia e com o acompanhamento pelos técnicos, o Agrupamento aposta no sucesso destes alunos. A meta definida é terminar o curso com sucesso (3 anos).

Desta forma, e com base nos indicadores – aprovação/retenção, qualidade do sucesso e das aprendizagens, conclusão da escolaridade obrigatória, educação e participação e ligação à comunidade educativa - o Agrupamento pretende, numa ótica faseada no tempo de duração deste PE, atingir **as seguintes Metas Educativas:**

Objetivos Estratégicos	Objetivos Operacionais	Metas	Indicador	Meios de verificação	Grau de concretização
Manter a taxa de Sucesso	Procurar garantir a sustentabilidade da Taxa de Aprovação/retenção	1.º ciclo – 100% - 0%	n.º de alunos que <u>transitam de ano</u> x100(%) n.º total de alunos de cada ciclo	- Resultados escolares dos alunos (avaliação interna e externa)	1.º ciclo: 100% - plenamente atingido [90% a 99%] - satisfatório <90% - não atingido 2.º ciclo: ≥ 98% - plenamente atingido [88% a 97%] - satisfatório <88% - não atingido 3.º ciclo: ≥ 94% - plenamente atingido [84% a 93%] - satisfatório <84% - não atingido Secundário: ≥ 90% - plenamente atingido [80% a 89%] - satisfatório <80% - não atingido
		2.º ciclo – 98% - 2%			
		3.º ciclo – 94% - 6%			
		Secundário – 90% - 10%			
Melhorar a qualidade do sucesso e das aprendizagens;	Melhorar o Sucesso Pleno	98% dos alunos do 1.º ciclo tenham níveis positivos a todas as disciplinas	n.º de alunos que obtiveram níveis positivos a todas as <u>disciplinas</u> x100(%) n.º total de alunos do 1.º ciclo	- Grelhas de avaliação de final de semestre - Relatório dos grupos de ano/equipas educativas	1.º ciclo: < 88% - não atingido [88 a 97%] - satisfatório ≥ 98% plenamente atingido 2.º ciclo: < 85% - não atingido [85 a 94%] - satisfatório ≥ 95% plenamente atingido 3.º ciclo: < 75% - não atingido [75 a 84%] - satisfatório ≥ 85% plenamente atingido Secundário: < 75% - não atingido [75 a 84%] - satisfatório ≥ 85% plenamente atingido
		95% dos alunos do 2.º ciclo tenham níveis positivos a todas as disciplinas	n.º de alunos que obtiveram níveis positivos a todas as <u>disciplinas</u> x100(%) n.º total de alunos do 2.º ciclo	- Pautas de avaliação de final de semestre - Relatório das equipas educativas	
		85% dos alunos do 3.º ciclo tenham níveis positivos a todas as disciplinas	n.º de alunos que obtiveram níveis positivos a todas as <u>disciplinas</u> x100(%) n.º total de alunos do 3.º ciclo	- Pautas de avaliação de final de semestre - Relatório das equipas educativas	
		85% dos alunos do Ensino Secundário tenham níveis positivos a todas as disciplinas	n.º de alunos que obtiveram níveis positivos a todas as <u>disciplinas</u> x100(%) n.º total de alunos do Ensino Secundário	- Pautas de avaliação de final de semestre - Relatório das equipas educativas	
	70% dos alunos do 1.º ciclo tenham menções		- Grelhas de avaliação de final de semestre	1.º ciclo: < 60% - não atingido [60 a 69%] - satisfatório	

Melhorar a qualidade das aprendizagens	qualitativas iguais ou superiores a Bom a todas as disciplinas	$\frac{\text{n.º de alunos que obtiveram menções qualitativas iguais ou superiores a Bom a todas as disciplinas}}{\text{n.º total de alunos do 1.º ciclo}} \times 100(\%)$	- Relatório dos grupos de ano/equipas educativas	≥ 70% plenamente atingido
	50% dos alunos do 2.º ciclo tenham níveis iguais ou superiores a 4 a todas as disciplinas	$\frac{\text{n.º de alunos que obtiveram níveis iguais ou superiores a 4 a todas as disciplinas}}{\text{n.º total de alunos do 2.º ciclo}} \times 100(\%)$	- Pautas de avaliação de final de semestre - Relatório das equipas educativas	2.º ciclo: < 40% - não atingido [40 a 49%] - satisfatório ≥ 50% plenamente atingido
	40% dos alunos do 3.º ciclo tenham níveis iguais ou superiores a 4 a todas as disciplinas	$\frac{\text{n.º de alunos que obtiveram níveis iguais ou superiores a 4 a todas as disciplinas}}{\text{n.º total de alunos do 3.º ciclo}} \times 100(\%)$	- Pautas de avaliação de final de semestre - Relatório das equipas educativas	3.º ciclo: < 30% - não atingido [30 a 39%] - satisfatório ≥ 40% plenamente atingido
	40% dos alunos do ensino secundário tenham notas iguais ou superiores a 15 a todas as disciplinas	$\frac{\text{n.º de alunos que obtiveram notas iguais ou superiores a 15 a todas as disciplinas}}{\text{n.º total de alunos do ensino secundário}} \times 100(\%)$	- Pautas de avaliação de final de semestre - Relatório das equipas educativas	3.º ciclo: < 30% - não atingido [30 a 39%] - satisfatório ≥ 40% plenamente atingido
	As disciplinas de exame acompanhem a média nacional nos resultados dos exames	Média de cada disciplina de exame	- Pautas de avaliação dos resultados dos exames no final de ano letivo	3.º Ciclo e Secundário: Comparar a média do Agrupamento com a média Nacional
	90% conclua a escolaridade obrigatória	$\frac{\text{n.º de alunos que concluíam com sucesso a escolaridade obrigatória}}{\text{n.º total de alunos do 12.º ano}} \times 100(\%)$	- Pautas de avaliação de final de ano letivo - Relatórios das equipas	< 80% - não atingido [80 a 89%] - satisfatório ≥ 90% plenamente atingido
	Promover competências que facilitem o acesso ao mercado de trabalho	90% dos alunos dos cursos profissionais concluíam os seus cursos	$\frac{\text{n.º de alunos que concluíram o curso profissional}}{\text{n.º total de alunos do ensino profissional}} \times 100(\%)$	- Pautas com as classificações obtidas - Resultados da PAP -Relatório final elaborado pelo Coordenador do Curso
50% dos alunos dos cursos profissionais concluíam com média de 14 valores		$\frac{\text{n.º de alunos que concluíram o curso com média 14}}{\text{n.º total de alunos do ensino profissional}} \times 100(\%)$	- Pautas com as classificações obtidas - Resultados da PAP -Relatório final elaborado pelo Coordenador do Curso	Profissional: < 40% - não atingido [40 a 49%] - satisfatório ≥50% plenamente atingido
20% dos alunos estão empregados na área de formação		$\frac{\text{n.º de alunos empregados}}{\text{n.º total de alunos que concluíram o curso}} \times 100(\%)$	- Questionários aos alunos nos primeiros seis meses	Profissional: < 10% - não atingido [10 a 19%] - satisfatório ≥20% plenamente atingido

Consolidar a qualidade nos processos formativos	Desenvolver a participação cívica dos alunos na escola e comunidade	90% dos alunos apresentem comportamentos e atitudes assertivas	$\frac{\text{n.º de alunos com procedimentos disciplinares}}{\text{n.º total de alunos por ciclo}} \times 100(\%)$	- Atas dos Conselhos de turma - Relatório do GAAF	< 80% - não atingido [80 a 89%] - satisfatório ≥ 90% plenamente atingido
		50% das turmas participem em projetos/ clubes/ atividades	$\frac{\text{n.º de turmas que participam em projetos/clubes/atividades}}{\text{n.º total de turmas no Agrupamento}} \times 100(\%)$	- Atas dos Edifícios escolares - Relatório do Projetos e clubes - Relatório do PAA	< 40% - não atingido [40 a 49%] - satisfatório ≥ 50% plenamente atingido
		100% das turmas participem em Assembleias de Escola	$\frac{\text{n.º de turmas que participam em Assembleias de Escola}}{\text{n.º total de turmas no Agrupamento}} \times 100(\%)$	- Atas das Assembleias	< 90% - não atingido [90 a 99%] - satisfatório = 100% plenamente atingido
	Aprofundar práticas pedagógicas, práticas de avaliação e supervisão	100% dos professores/educadoras implementem trabalho colaborativo/ cooperativo	$\frac{\text{n.º de professores/educadores que implementam trabalho colaborativo/cooperativo}}{\text{n.º total de professores/educadores no Agrupamento}} \times 100(\%)$	- Memorandos das equipas educativas - Memorando/atas dos grupos de anos - Síntese das reuniões dos docentes da Educação Pré-escolar	< 90% - não atingido [90 a 99%] - satisfatório = 100% - plenamente atingido
		30% dos professores/educadoras implementem práticas de supervisão pedagógica	$\frac{\text{n.º de professores/educadores que implementam práticas de supervisão Pedagógica}}{\text{n.º total de professores/educadores no Agrupamento}} \times 100(\%)$	- Memorandos das equipas educativas - Atas dos grupos de anos - Síntese das reuniões dos docentes da Educação Pré-escolar - Registos reflexivos (relatos de práticas/experiências, reflexões feitas nos grupos ...)	< 20% - não atingido [20 a 29%] - satisfatório ≥ 30% plenamente atingido
		90% dos professores/educadoras frequentem/participem em ações de formação promovidas pelo Centro Formação ou outras	$\frac{\text{n.º de professores/educadores que participam em Ações de formação do Agrupamento}}{\text{n.º total de professores/educadores no Agrupamento}} \times 100(\%)$	- Registo de presenças - Certificados entregues	< 80% - não atingido [80 a 89%] - satisfatório ≥ 90% plenamente atingido
	Adquirir e desenvolver competências necessárias à sua valorização pessoal e profissional	80% do pessoal não docente (técnicos, assistentes operacionais e administrativos) frequentem/participem em ações de formação promovidas pelo Agrupamento	$\frac{\text{n.º de técnicos, assistentes operacionais e administrativos que participam em Ações de formação do Agrupamento}}{\text{n.º total de assistentes operacionais e administrativos no Agrupamento}} \times 100(\%)$	- Registo de presenças - Certificados entregues	< 70% - não atingido [70 a 79%] - satisfatório ≥ 80% plenamente atingido
	Consolidar mecanismos de liderança e de gestão	Consolidar na comunidade Educativa um ambiente favorável ao sucesso escolar e educativo,		- Registo de presenças dos	

	Consolidar a imagem do Agrupamento no exterior	<p>garantindo que:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 90% dos pais/ee participem nas reuniões e contactem com Ed.ª/Prof/DT (presencial, telefone, tlm e por suporte digital); - 90% dos pais participem em iniciativas do Agrupamento; - 90% dos pais/ee tenham uma opinião favorável da importância da escola 	$\frac{\text{n.º de pais/ee que participam em reuniões, em iniciativas do Agrupamento}}{\text{n.º total de pais/ee no Agrupamento}} \times 100(\%)$	<p>pais/ee nas reuniões com Prof. Titular/DT/Educadora</p> <ul style="list-style-type: none"> - Registo de contactos dos pais/ee com o Prof. Titular/DT/Educadora - Inquéritos de satisfação 	<p>< 80% - não atingido [80 a 89%] - satisfatório ≥ 90% plenamente atingido</p>
		<p>Consolidar na comunidade Educativa um ambiente favorável ao desenvolvimento de competências cívicas, de cidadania e de empregabilidade, garantindo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 5 novos protocolos estabelecidos no triénio com empresas, organizações e associações locais - 90% dos parceiros estejam satisfeitos com a parceria 	$\frac{\text{n.º de parceiros satisfeitas}}{\text{n.º total de parcerias com o Agrupamento}} \times 100(\%)$	<ul style="list-style-type: none"> - Documentos formais - Inquérito de satisfação 	<p>< 3 - não atingido [3 a 4] - satisfatório ≥ 5 - plenamente atingido</p> <p>< 80% - não atingido [80 a 89%] - satisfatório ≥ 90% plenamente atingido</p>
	Consolidar o papel das lideranças intermédias (Coordenadores de Departamentos Curriculares, Coordenadores de Ciclo, Coordenadores das Equipas Pedagógicas e outros)	<ul style="list-style-type: none"> - Participar de forma mais direta em processos de tomada de decisão. 	<p>n.º de ações desenvolvidas</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Inquéritos de satisfação - Relatório da equipa de autoavaliação 	<p>Satisfação das estruturas intermédias</p>

Plano de Ação - Triénio 2020/2023

Objetivos Estratégicos	Objetivos operacionais	Ações a desenvolver
Manter a taxa de sucesso	Garantir a sustentabilidade da Taxa de Aprovação/retenção	<ul style="list-style-type: none"> • Ao nível organizacional: <u>Organização do ano letivo em dois semestres com quatro momentos de avaliação:</u> <ul style="list-style-type: none"> - dois de avaliação descritiva, que permite reportar aos alunos e aos pais /EE uma informação mais detalhada das aprendizagens conseguidas - dois momentos de avaliação sumativa <u>Flexibilização da Matriz Curricular do 1.º ciclo em 28%</u> <u>Espaço Turma – na EBS</u> • Ao nível Curricular e Pedagógico: Medidas de Promoção do Sucesso Educativo <ul style="list-style-type: none"> - Criação da nova disciplina “À Roda do Saber”, no 1º ciclo: <u>Na EBS:</u> <ul style="list-style-type: none"> - Aprender sem Fronteiras – espaço privilegiados dos DAC - Recurso a desdobramentos de turmas na área das Línguas e Estudos Sociais - Organização do funcionamento de algumas disciplinas de modo semestral - Oficinas D’Artes – Complemento à Educação Artística - Oficinas do Saber – organizações diferenciadas de apoio aos alunos com mais dificuldades • Articulação e envolvimento com outros projetos a nível concelhio <ul style="list-style-type: none"> - Expressa-te – 1º e 2º anos - O Desporto vai à Escola – 1º ciclo - Parque das Serras do Porto - Eco-Escolas - Algumas modalidades do Desporto Escolar - Projetos em articulação com a BE • Melhorias nas práticas letivas <ul style="list-style-type: none"> - Planeamento das aprendizagens essenciais/competências a desenvolver, tendo em conta os momentos de avaliação - Elaboração de Critérios de avaliação - Maior diversificação dos instrumentos de avaliação - Reforço do contributo da avaliação contínua, na gestão do processo de aprendizagem - Acompanhamento dos alunos, ao primeiro sinal de dificuldade - Acompanhamento precoce aos alunos (as) com dificuldades e/ou a necessitar de medidas de
	Melhorar o Sucesso Pleno	
Melhorar a qualidade do Sucesso e das Aprendizagens	<p>Melhorar a qualidade das aprendizagens</p> <p>Promover competências que facilitem o acesso ao mercado de trabalho</p>	

		<p>apoio à aprendizagem e inclusão</p> <ul style="list-style-type: none"> - Implementação de estratégias de diferenciação pedagógica - Exploração de percursos pedagógico-didáticos promotores do trabalho prático e ou experimental - Articulação entre ciclos - Utilização de ferramentas digitais de apoio a atividades de aprendizagem inovadoras - Incentivo ao envolvimento dos alunos e das famílias no processo de avaliação
Consolidar a qualidade nos processos formativos	Desenvolver a participação cívica dos alunos na escola e comunidade	<ul style="list-style-type: none"> • Participação em Assembleias de turma e de Escola • Participação em Projetos e Clubes • Participação cívica dos alunos, na Escola e na comunidade
	Aprofundar práticas pedagógicas, práticas de avaliação e supervisão	<p>Medida / Refletir para Melhorar - trabalho cooperativo e colaborativo</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reuniões semanais ou quinzenais dos grupos de ano/equipas educativas • Reuniões periódicas dos grupos disciplinares • Formação em contexto de trabalho (Plano de Formação do Agrupamento/Centro de Formação) • Implementação de práticas de supervisão
	Desenvolver competências necessárias à sua valorização pessoal e profissional	<ul style="list-style-type: none"> • Implementação de formação na área da educação para os assistentes operacionais
Consolidar mecanismos de liderança e de gestão	Consolidar a imagem do Agrupamento no exterior	<ul style="list-style-type: none"> • Participação efetiva em Projetos Europeus e Mobilidade de Alunos (as) e Professores (as) • Envolvimento das parcerias locais (empresas e associações) na dinâmica das escolas • Envolvimento dos pais/encarregados de educação no acompanhamento do percurso escolar dos seus educandos • Envolvimento dos pais/EE nas atividades da escola
	Consolidar o papel das lideranças intermédias	<ul style="list-style-type: none"> • Participação em reuniões • Apresentação de relatórios críticos • Instituir a prática da realização de instrumentos de recolha de dados como forma de conhecer o grau de motivação e a satisfação dos diferentes atores • Consolidação de uma cultura de autoavaliação ao serviço do sucesso educativo • Desenvolvimento de práticas sistemáticas de monitorização das atividades e medidas implementadas (ações de melhoria) • Produção e divulgação do relatório de autoavaliação anual

Parte II - Organização Curricular e Funcionamento

1. Organização Curricular e Pedagógica

Modelo de organização Curricular

O modelo de organização do currículo, para o Agrupamento, parte do princípio de que a partir dos objetivos estratégicos definidos no PE e numa articulação com as vivências quotidianas das crianças/ alunos e da diversidade do mundo que nos rodeia se torna possível trabalhar um currículo flexível e contextualizado. Este currículo apresenta-se “como um todo, cujas peças, quaisquer que sejam, estão unidas e ligadas pelo sentido da totalidade” (Beane, 2000:42), o que poderá proporcionar “a possibilidade para a integração de experiências educacionais significativas e coerentes” (Beane, 2001:42). A intenção é criar condições de equilíbrio entre o conhecimento, a compreensão, a criatividade e o sentido crítico, com o objetivo de formar pessoas autónomas e responsáveis e cidadãos ativos. Nesta perspetiva, a flexibilização, a articulação, a gestão e a monitorização do currículo, com rigor e exigência, implica:

- Análise e diagnóstico das necessidades e interesses das crianças e dos alunos, sempre que oportuno;
- Clarificação das capacidades, conhecimentos e atitudes que se pretendem desenvolver e das competências que as crianças e os alunos devem adquirir;
- Seleção, articulação e organização dos conteúdos programáticos/áreas de conteúdo, de acordo com critérios de globalização e de relevância, abrangência e transversalidade, assente, por um lado, no pressuposto de que cada área curricular contribui para o desenvolvimento de todas as áreas de competências consideradas no Perfil dos Alunos e, por outro, que torne possível a exploração de temas diferenciados, trazendo a realidade atual para o centro das aprendizagens visadas;
- Opção por metodologias, estratégias e procedimentos pedagógico-didáticos que estimulem o empenho e a motivação dos alunos pelos estudos, de forma a melhorar a qualidade das aprendizagens e dos resultados escolares;
- Seleção e construção de materiais pedagógicos diversificados e inovadores;
- Utilização de processos de participação e colaboração, através dos quais se possa refletir e questionar os princípios educativos que orientam as práticas pedagógicas;
- Utilização de um processo de avaliação contínuo e sistemático como forma de acompanhamento e monitorização do percurso escolar dos alunos, fomentando a auto e heteroavaliação e centrando o processo de avaliação não só nos resultados, mas também nos processos. Ou seja, utilizar o processo de avaliação como contributo para a aquisição das aprendizagens.

Pretende-se, desta forma, continuar uma mudança nas práticas de articulação, gestão e monitorização do currículo, com vista a melhorar a eficácia das respostas educativas e curriculares aos problemas identificados (diagnóstico estratégico – PE), aprofundando a aquisição das aprendizagens e capacidades por parte dos alunos ao longo de toda a escolaridade obrigatória. O objetivo é garantir que todas as crianças e alunos continuem a aprender de uma

forma mais significativa e contextualizada. O Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória aponta para uma educação escolar em que os alunos constroem e sedimentam uma cultura científica e artística de base humanista. Para tal, mobilizam valores e competências que lhes permitem intervir na vida e na história dos indivíduos e das sociedades, tomar decisões livres e fundamentadas sobre questões naturais, sociais e éticas, e dispor de uma capacidade de participação cívica, ativa, consciente e responsável.

O currículo operacionaliza-se através de mapeamentos anuais, elaborados em consonância com as matrizes curriculares constantes neste documento. Os conhecimentos e capacidades a adquirir e a desenvolver pelas crianças/alunos de cada nível ou ciclo de ensino têm como referência as orientações curriculares e aprendizagens essenciais das disciplinas, bem como as metas das mesmas.

Na educação pré-escolar não existe um currículo formal e/ou explícito; as Orientações Curriculares (OCEPE 2016) são “(...) um conjunto de princípios orientadores para apoiar o educador nas suas decisões sobre a sua prática (...)”.

O desenho curricular do ensino básico e secundário sustenta-se na legislação em vigor (as aprendizagens essenciais, as metas das disciplinas e o perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória). As estratégias de concretização e desenvolvimento do currículo são objeto de planos de atividades integrados no respetivo PE e adaptados às características dos grupos e das turmas, através de programas próprios a desenvolver pelos educadores/professores titulares de grupo/turma, em articulação com os conselhos de ano, equipas educativas e conselhos de turma, consoante os níveis e ciclos.

A elaboração dos Planos de Trabalho da Turma (PTT) em articulação com os Planeamentos Curriculares das equipas educativas, assim como os Projetos Curriculares Grupo (PCG) na educação pré-escolar, exige um trabalho de equipa, ao nível do departamento curricular da educação pré-escolar, dos conselhos de ano no 1.º ciclo, das equipas educativas e dos conselhos de turma (2.º e 3.º ciclos e ensino secundário), que implica necessariamente uma postura reflexiva por parte dos docentes, centrando-se em necessidades e interesses da escola/turma/grupo e articulando as atividades com as aprendizagens essenciais das disciplinas, integrando-lhes vertentes locais e temáticas da atualidade. Para isso, e para melhorar a coesão e o trabalho cooperativo e colaborativo das equipas educativas de docentes em termos organizativos, é necessário continuar a valorizar as estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica (departamentos curriculares, conselhos de ano, equipas educativas, grupos disciplinares e os conselhos de turma).

Princípios Orientadores

À operacionalização e avaliação das aprendizagens essenciais dos ensinos básico e secundário presidem os seguintes princípios orientadores:

- Acesso ao currículo por todos os alunos num quadro de igualdade de oportunidades, assente numa abordagem multinível e no reconhecimento de que todos têm capacidade de aprendizagem e de desenvolvimento educativo;
- Coerência e sequencialidade das aprendizagens;
- Identificação de opções curriculares eficazes, adequadas ao contexto, enquadradas no PE;
- Reconhecimento dos professores enquanto agentes principais do desenvolvimento do currículo, com um papel fundamental na sua avaliação, na reflexão sobre as opções a tomar, na sua exequibilidade e adequação ao contexto da comunidade escolar;
- Envolvimento dos alunos e encarregados de educação na identificação das opções curriculares da escola;
- Maior articulação entre os três ciclos do ensino básico e o ensino secundário, assumindo uma gestão integrada, articulada e sequencialmente progressiva do currículo;
- Valorização da identidade do ensino secundário enquanto nível de ensino que oferece aos alunos diferentes vias que procuram responder aos seus interesses profissionais, permitem a consecução da escolaridade obrigatória, a inserção no mundo do trabalho e o prosseguimento de estudos para todos;
- Mobilização dos agentes educativos para a promoção do sucesso educativo de todos os alunos, assente numa lógica de coautoria curricular;
- Valorização dos percursos e progressos realizados por cada aluno como condição para o sucesso;
- Valorização do trabalho colaborativo e interdisciplinar no planeamento e na avaliação do ensino e das aprendizagens;
- Valorização da língua e da cultura portuguesas, enquanto veículos de identidade nacional;
- Assunção das artes, das ciências e tecnologias, do desporto e das humanidades como componentes estruturantes da matriz curricular;
- A avaliação de e para as aprendizagens como parte integrante da gestão do currículo enquanto instrumento ao serviço do ensino e das aprendizagens;
- Promoção da educação para a cidadania e do desenvolvimento pessoal, interpessoal, e de intervenção social, ao longo de toda a escolaridade obrigatória.

Desenho Curricular

a. Educação Pré-escolar

O Educador de Infância, atendendo às orientações curriculares (OCEPE - 2016), é o gestor do currículo, mobilizando, para a sua conceção e desenvolvimento, o conhecimento das áreas de conteúdo necessárias à operacionalização de um currículo “oculto”, integrado e policentrado. O desenho curricular para este nível de educação é construído no departamento curricular, atendendo às metas educativas específicas para a educação pré-escolar expressas no PE, como contributo para as metas educativas globais do Agrupamento, numa articulação com as OCEPE.

Ao planificar as situações de aprendizagem, o Educador atende às aprendizagens inerentes às diferentes áreas de conteúdo (desenho curricular do Agrupamento – Anexo I), como esquemas organizadores, estruturas flexíveis e ordenadas de planificação da ação educativa, assim como à articulação entre as mesmas. Também se refletem nesse currículo os interesses das famílias, da comunidade e a articulação com os outros níveis de ensino, nomeadamente o 1.º ciclo. Ou seja, o trabalho nos jardins de infância deve assegurar uma visão de criança e de educação que promova a continuidade educativa, fundada em intencionalidades pedagógicas, princípios e valores, como condição para transições seguras e significativas para a escolaridade obrigatória.

b. Ensino Básico

O ensino básico visa assegurar uma formação geral comum de modo a garantir que todos os alunos adquiram os conhecimentos e desenvolvam as capacidades e atitudes que contribuem para alcançar as competências previstas no perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória que compreende:

- Ensino básico geral;
- Cursos artísticos especializados.

Estas ofertas não prejudicam a existência de outros percursos formativos alternativos sempre que os órgãos de administração e gestão do Agrupamento, dentro do legalmente estabelecido, os considerem pertinentes.

As matrizes curriculares dos três ciclos do ensino básico integram:

- Áreas disciplinares e disciplinas;
- Carga horária semanal mínima de cada uma das disciplinas;
- Carga horária total a cumprir.

Matrizes dos 1.º e 2.º anos de escolaridade – flexibilização da matriz curricular em 28%

Matriz do 1.º ciclo – 1.º e 2.º anos			
Componentes do currículo	Carga horária semanal		
	Sem flexibilização	Com flexibilização	Flexibilização %
Português	7	4	16%
Matemática	7	4	16%
Estudo do Meio	3	2	8%
Educação Artística (Artes Visuais, Exp. Dram./Teatro, Dança e Música)	5	5	20%
Educação Física			
Apoio ao Estudo	2	2	8%
Oferta complementar	1	1	4%
A Roda do Saber (c)	-	7	28%
Cidadania e Desenvolvimento / TIC	(a)	-	-
Total	25	25	100%
EMRC (b)	NI		

(a) Áreas de natureza transdisciplinar, potenciadas pela dimensão globalizante do ensino neste ciclo.
 (b) Disciplina de oferta obrigatória e frequência facultativa. Não há alunos inscritos
 (c) **Nova disciplina**

Quadro 1

Matrizes dos 3.º e 4.º anos de escolaridade – flexibilização da matriz curricular em 28%

Matriz do 1.º ciclo – 3.º ano e 4.º ano			
Componentes do currículo	Carga horária semanal		
	Sem flexibilização	Com flexibilização	Flexibilização %
Português	7	4	16%
Matemática	7	4	16%
Estudo do Meio	3	2	8%
Educação Artística (Artes Visuais, Exp. Dram./Teatro, Dança / Música)	5	5	20%
Educação Física			
Apoio ao Estudo	1	1	4%
Oferta complementar	-	-	
Inglês	2	2	8%
A Roda do Saber (c)	-	7	28%
Cidadania e Desenvolvimento / TIC	(a)	-	-
Total (g)	25	25	100%
EMRC (b)	NI		

(a) Áreas de natureza transdisciplinar, potenciadas pela dimensão globalizante do ensino neste ciclo.
 (b) Disciplina de oferta obrigatória e frequência facultativa. Não há alunos inscritos
 (c) **Nova disciplina**

Quadro 2

Nota: Destinatários:

- Para os alunos que ingressam no 1.º ciclo no ano letivo 2020/2021 – cumprem as duas matrizes;
- Os alunos que em junho de 2020 transitam ao 3.º ano, nos próximos dois anos letivos, cumprem a matriz dos 3.º e 4.º anos;
- Os alunos que em junho de 2020 transitam ao 2.º ano mantêm-se na matriz do 1.º e 2.º anos.

2º Ciclo

Tomando por referência a matriz curricular-base e as opções relativas à autonomia e flexibilidade curricular (DL n.º55/2018), a Escola, anualmente, organiza o trabalho de integração e articulação curricular com vista ao desenvolvimento do perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória, gerindo os tempos letivos na unidade que considerem mais adequada.

Matriz do 2.º ciclo – 5.º e 6.º anos			
Componentes de currículo (b)	Carga horária semanal (a) (minutos)		
	5º Ano	6º Ano	Total de ciclo
Áreas disciplinares/Disciplinas: Línguas e Estudos Sociais	525	525	1050
Português			
Inglês			
História e Geografia de Portugal			
Cidadania e Desenvolvimento			
Matemática e Ciências	350	350	700
Matemática			
Ciências Naturais			
Educação Artística e Tecnológica	325	325	650
Educação Visual			
Educação Tecnológica			
Educação Musical			
Tecnologias de Informação e Comunicação			
Educação Física	150	150	300
Educação Moral e Religiosa (c)	(c)	(c)	(c)
Total	1350	1350	2700
Oferta Complementar.....	(d)	(d)	-
Apoio ao Estudo (e).....	100	100	200
Complemento à Educação Artística (f).....	100	100	200

Quadro 3

- A carga horária semanal indicada constitui uma referência para cada componente de currículo.
- A organização do funcionamento das disciplinas pode ocorrer de um modo trimestral, semestral, ou outro, de acordo com a alínea e) do n.º 2 do artigo 19.º.
- Disciplina de oferta obrigatória e de frequência facultativa, com um tempo letivo, nunca inferior a 45 minutos, a organizar na unidade definida pela escola.
- Componente destinada à criação de nova(s) disciplina(s) para enriquecimento do currículo, através da utilização do conjunto de horas de crédito. Disciplina(s) de oferta facultativa, mas de frequência obrigatória quando exista(m).
- Componente de apoio às aprendizagens cuja oferta é objeto de decisão da escola, bem como a sua organização, o tempo que lhe é destinado e as regras de frequência.
- Componente que possibilita a frequência de outros domínios da área artística, ao longo do ciclo, cuja oferta é objeto de decisão da escola, bem como a sua organização, o tempo que lhe é destinado e as regras de frequência, privilegiando, para o efeito, os recursos humanos disponíveis, através da utilização do conjunto de horas de crédito.

3º Ciclo

Matriz do 3.º ciclo – 7.º, 8.º e 9.º anos				
Componentes de currículo (b)	Carga horária semanal (a) (minutos)			
	7º Ano	8º Ano	9º Ano	Total de Ciclo
Áreas disciplinares/Disciplinas: Português	200	200	200	600
.....	250	250	250	750
Línguas Estrangeiras:.....				
Inglês Língua Estrangeira II - Francês				
Ciências Sociais e Humanas:.....	275	225	225	725
História Geografia				
Cidadania e Desenvolvimento				
Matemática	200	200	200	600
.....	250	300	300	850
Ciências Físico- Naturais:.....	2,5	3	3	8,5
Ciências Naturais Físico-Química	2,5	3	3	8,5
Educação Artística e Tecnológica:	175	175	175	525
Educação Visual	2	2	2	6
Complemento à Educação Artística (c)	1	1	1	3
Tecnologias de Informação e Comunicação	0,5	0,5	0,5	1,5
Educação Física	150	150	150	450
Educação Moral e Religiosa (d).....	(d)	(d)	(d)	
Total	1500	1500	1500	4500
Oferta Complementar	(e)	(e)	(e)	-

Quadro 4

- (a) A carga horária semanal indicada constitui uma referência para cada componente de currículo.
 (b) A organização do funcionamento das disciplinas pode ocorrer de um modo trimestral ou semestral, ou outra, de acordo com a alínea e) do n.º 2 do artigo 19.º.
 (c) Oferta de Educação Tecnológica e ou de outra na área artística, privilegiando, para o efeito, os recursos humanos disponíveis.
 (d) Disciplina de oferta obrigatória e de frequência facultativa, com um tempo letivo, nunca inferior a 45 minutos.
 (e) Componente destinada à criação de nova(s) disciplina(s) para enriquecimento do currículo, com recurso ao conjunto de horas de crédito. A(s) nova(s) disciplina(s), criada(s) pela escola no tempo destinado à Oferta Complementar, apresenta(m) identidade e documentos curriculares próprios. Disciplina(s) de oferta facultativa, mas de frequência obrigatória quando exista(m).

c. Ensino Secundário

As ofertas educativas e formativas do ensino secundário visam proporcionar aos alunos uma formação e aprendizagens diversificadas, de acordo com os seus interesses reconhecendo que todos têm capacidade e podem optar por qualquer oferta educativa e formativa disponível, com vista ao prosseguimento de estudos e/ou à inserção no mercado do trabalho que inclui:

- Cursos científico - humanísticos;
- Cursos profissionais;
- Cursos artísticos especializados;
- Cursos com planos próprios.

Cursos científico-humanísticos: Ciências e Tecnologias e Línguas e Humanidades

Matriz do Cursos científico-humanísticos				
		Carga horária semanal (a) (minutos)		
Componentes de formação (b)		10.º Ano	11.º Ano	12.º Ano
Geral:	Português	180	180	270
	Língua Estrangeira I, II ou III (c) Inglês	150	150	-
	Filosofia	150	150	-
	Educação Física	150	150	150
Específica:	Trienal	250	250	
	Opções (d):			
	Bienal 1	270 ou 315	270 ou 315	
	Bienal 2	270 ou 315	270 ou 315	
Opções (e):			150	
Anual 1				
Opções (f):			150	
Anual 2 (g)				
Educação Moral e Religiosa (h)		(h)	(h)	
Total (i) (j)		1530 a 1620	1530 a 1620	1035

Quadro 1

- (a) A carga horária semanal indicada constitui uma referência para cada componente de formação.
- (b) A organização do funcionamento das disciplinas pode ocorrer de um modo trimestral, semestral, ou outro, de acordo com a alínea e) do n.º 2 do artigo 19.º.
- (c) O aluno escolhe uma língua estrangeira. Se tiver estudado apenas uma língua estrangeira no ensino básico, iniciará obrigatoriamente uma segunda língua no ensino secundário. No caso de o aluno iniciar uma língua, tomando em conta as disponibilidades da escola, poderá cumulativamente dar continuidade à Língua Estrangeira I como disciplina facultativa, com aceitação expressa do acréscimo de carga horária.
- (d) O aluno escolhe duas disciplinas bienais.
- (e) e (f) O aluno escolhe duas disciplinas anuais, sendo uma delas obrigatoriamente do conjunto de opções da alínea (e).
- (g) Oferta dependente do projeto educativo da escola – conjunto de disciplinas comum a todos os cursos.
- (h) Disciplina de oferta obrigatória e de frequência facultativa, com um tempo letivo, nunca inferior a 45 minutos, a organizar na unidade definida pela escola.
- (i) Em função das opções dos diversos cursos científico-humanísticos.
- (j) Do somatório das cargas horárias alocadas a cada disciplina resulta um tempo total inferior ao Total constante na matriz, ficando ao critério da escola a gestão do tempo sobranante.
- (K) Componente desenvolvida com o contributo de disciplinas e componentes de formação.

d. Ensino Profissional

PLANO DE ESTUDOS PROFISSIONAL			
Ciclo de Formação 2019 / 2022			
Curso: Código SIGO - 481041 - Técnico/a de Informática Instalação e Gestão de Redes			
Área de Educação e Formação - 481 Ciências Informáticas			
Disciplinas			Total Curricular
Sócio-Cultural	Português		320
	Língua Estrangeira (Inglês)		220
	Área de Integração		220
	Tecnologias da Informação e Comunicação		100
	Educação Física		140
Sub-Total			1000
Científica	Matemática		300
	Físico Química		200
	Sub-Total		500
FORMAÇÃO TECNOLÓGICA	1 - Fundamentos da informática		Cidadania e Desenvolvimento Componente desenvolvida com o contributo de todas as disciplinas e componentes de formação.
	Código	UFCD pré-definidas Referencial de Formação	
	7846	1 Informática noções básicas	
	0749	2 Arquitetura de computadores	
	0822	3 Gestão e organização da informação	
	2 - Sistemas operativos		
	Código	UFCD pré-definidas Referencial de Formação	
	0823	4 Sistema operativo - plataformas	
	0824	5 Sistema operativo Distribuições Linux (Fedora, Debian, Suse...)	
	0835	16 Windows server instalação e configuração de serviços	
	0836	17 0836 17 Linux instalação e configuração	
	0837	18 Linux - kernel e componentes do sistema	
	0838	19 Linux administração	
	0840	21 Servidores web	
	0841	22 Servidores web e acesso à Internet	
	0842	23 Servidores de e-mail - samba	
	0843	24 Servidores de email – postfix e data/hora	
	3 - Redes		
	Código	UFCD pré-definidas Referencial de Formação	
	0825	6 Tipologias de redes	
	0826	7 Redes instalação e configuração	
	0827	8 Protocolos de redes instalação e configuração	
	0828	9 Protocolos de redes instalação e configuração em sistema linux	
	0829	10 Topologias de redes	
	0830	11 Tipologias de rede – fibra ótica e wireless	
	0831	12 Tipologias de redes – Ethernet, Token Ring e FDDi	
	0832	13 Equipamentos passivos de redes	
0833	14 Equipamentos ativos de redes		
0834	15 Windows server instalação e configuração de rede		
0839	20 Linux serviços de redes		
0846	27 Instalação e gestão de redes projeto		
4- Segurança informática			
Código	UFCD pré-definidas Referencial de Formação		
0844	25 Segurança de redes		
0845	26 Segurança de redes firewall		
Total da carga horária e de pontos de crédito da Formação Tecnológica			1200
Formação em Contexto de Trabalho			600
Total de Horas Ano/Curso			3300

e. Outras Modalidades Educativas e Formativas

O Agrupamento, no sentido de responder às necessidades educativas de todos os seus alunos, promove situações de ensino e de aprendizagem diferenciadas adequadas e significativas. Desta forma, e sempre que surjam situações ligadas ao insucesso, à falta de assiduidade, à indisciplina ou à falta de integração de determinados alunos, o Agrupamento propõe, com o intuito de motivar os alunos e estimular o seu interesse pelas tarefas escolares de forma integradora que promovam a autoestima e ao mesmo tempo o desenvolvimento de competências essenciais, outras ofertas educativas, tais como os cursos de educação e formação (CEF).

Respeitando as opções educativas e formativas dos pais e encarregados de educação, pode ainda integrar outras modalidades educativas, a saber:

- O ensino à distância;
- O ensino individual;
- O ensino doméstico.

Avaliação das Aprendizagens

A avaliação das aprendizagens dos alunos do ensino básico e secundário é regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, e pela Portaria n.º 223-A/2018, que estabelece a transição entre os regimes previstos no Decreto-Lei n.º 17/2016, de 4 de abril, o qual procedeu à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, e estabelece os princípios orientadores da avaliação das aprendizagens nos ensinos básico e secundário, de acordo com as orientações de política educativa vigentes.

Assim, a avaliação assume carácter contínuo e sistemático ao serviço das aprendizagens e fornece ao professor, ao aluno, ao encarregado de educação e a outros intervenientes no processo educativo do aluno informação sobre o desenvolvimento do trabalho, a qualidade das aprendizagens realizadas, bem como as capacidades e atitudes desenvolvidas no âmbito das áreas de competências inscritas no perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória e os percursos para a sua melhoria.

No processo de avaliação, intervêm todos os elementos com competência no processo, designadamente os professores, formadores, tutores e membros de júris, assumindo particular responsabilidade o professor titular de turma, no 1.º ciclo, e os professores que integram o conselho de turma, no 2.º e 3.º ciclos e ensino secundário.

Modalidades de Avaliação

a. Avaliação Formativa

A avaliação formativa, enquanto principal modalidade de avaliação, assume um carácter contínuo e sistemático, recorrendo a uma diversidade de instrumentos de recolha de informação adequados à diversidade de aprendizagens, permitindo aos professores, aos alunos e aos encarregados de educação obter informação sobre o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem, com vista ao ajustamento de metodologias, de estratégias e de práticas educativas, orientando-as para a promoção do sucesso educativo. Assim, na e para a avaliação formativa os docentes devem:

- Fazer, regularmente, o diagnóstico da situação dos alunos para decidir a orientação a tomar na planificação do processo de ensino e no desenvolvimento do processo de aprendizagem;
- Clarificar com os alunos, através de uma interação contínua, os conteúdos programáticos a trabalhar, os objetivos a atingir e os níveis de exigência;
- Definir e desenvolver as medidas de reajustamento, com base na interpretação fundamentada das dificuldades e dos sucessos dos alunos, permitindo assim uma maior diferenciação das aprendizagens;
- Reorientar práticas educativas, se necessário, com base na análise dos resultados;
- Fazer um balanço das aprendizagens, em partilha com os alunos, possibilitando reorganizar atividades conforme as diferentes necessidades dos alunos;
- Fornecer informação aos alunos e encarregados de educação sobre o desenvolvimento das aprendizagens, nos momentos de avaliação qualitativa e descritiva;
- Partilhar e trabalhar com o aluno a informação devolvida, incidindo sobre a qualidade da aprendizagem;
- Ajudar o aluno na sua autorregulação das aprendizagens.

b. Avaliação Sumativa

A avaliação sumativa consiste na formulação de um juízo global sobre as aprendizagens realizadas pelos alunos com o objetivo de classificar e certificar, informando, no final de cada semestre escolar, alunos e encarregados de educação sobre o estado de desenvolvimento das aprendizagens. Esta modalidade avaliativa atribui ao aluno uma classificação e decide sobre a progressão ou a retenção do mesmo, que inclui:

- a avaliação sumativa interna, a qual é da responsabilidade dos professores das turmas, ouvido os conselhos de ano/conselhos de docentes titulares de turma no 1.º ciclo e os professores que integram o conselho de turma nos 2.º e 3.º ciclos e ensino secundário, dos órgãos de gestão e administração e das estruturas de coordenação e supervisão pedagógica do Agrupamento, e tem o objetivo de informar o aluno e o seu encarregado de educação sobre o desenvolvimento das aprendizagens e competências definidas para cada disciplina e tomada de decisões sobre o percurso escolar do aluno;
- a avaliação sumativa externa das aprendizagens, que é da responsabilidade dos serviços ou organismos do Ministério da Educação e compreende:
 - As Provas de Aferição;
 - As Provas Finais do Ensino Básico;
 - Os Exames Finais Nacionais.

c. Provas de Equivalência

As provas de equivalência à frequência realizam-se a nível de escola nos anos terminais de ciclo no ensino básico, com vista a uma certificação de conclusão de ciclo, e no ensino secundário com vista à certificação de conclusão deste nível de ensino.

d. Critérios Gerais de Avaliação e Ponderações do Ensino Básico e Secundário

Os critérios de avaliação¹ constituem referenciais comuns, sendo operacionalizados pelo professor titular de turma/disciplina e entregues, no início do ano letivo, aos alunos e encarregados de educação.

É o Conselho Pedagógico do Agrupamento, enquanto órgão regulador do processo de avaliação das aprendizagens, que define, de acordo com as prioridades e opções curriculares, e sob proposta dos departamentos curriculares, os critérios de avaliação, tendo em conta, designadamente:

- O perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória;
- As aprendizagens essenciais;
- Os demais documentos curriculares, de acordo com as opções tomadas ao nível da consolidação, aprofundamento e enriquecimento das aprendizagens essenciais.

Nos critérios de avaliação é expresso um perfil de aprendizagens específicas para cada ciclo de escolaridade, integrando descritores de desempenho, em consonância com as aprendizagens essenciais e as áreas de competências inscritas no perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória.

¹ Os critérios gerais e específicos de avaliação estão definidos no anexo II deste documento.

Medidas de Promoção do Sucesso Educativo

Com o objetivo de assegurar o cumprimento da escolaridade obrigatória e combater a exclusão e o abandono, o Agrupamento, no desenvolvimento da sua autonomia e no âmbito do seu PE, e com base no Plano de Inovação aprovado pela Direção Geral da Educação (DGE) para o período de 2020/2024, promove:

a) Nova disciplina “À Roda do Saber” (1.º ciclo)

Esta é uma disciplina autónoma, de natureza transdisciplinar, com um currículo próprio e objeto de avaliação, que mobiliza conteúdos das diferentes componentes do currículo, nomeadamente Português, Matemática e Estudo do Meio, em articulação com a Educação Artística. Nesta nova disciplina, que tem como foco a desconstrução da compartimentação do saber, assumindo as disciplinas como um todo e não de maneira fragmentada, privilegia-se a metodologia de trabalho de projeto, explorando-se percursos pedagógico-didáticos promotores do trabalho prático e ou experimental. Ainda no âmbito desta disciplina, serão desenvolvidos diversos e diversificados projetos com a implementação do trabalho colaborativo entre pares, com a liderança de um elemento para o funcionamento mais autónomo dos grupos, privilegiando a pesquisa ao nível do meio local. Os temas acordados são planificados por semestre letivo, nos grupos de ano, e trabalhados semanalmente.

b) Apoios educativos (Oficinas do Saber)

Entende-se por Apoio Educativo/Oficinas do Saber o conjunto das estratégias e atividades concebidas e realizadas na escola no âmbito curricular e extracurricular, que contribuam para que os alunos com dificuldades de aprendizagem adquiram os conhecimentos e desenvolvam as capacidades, competências, atitudes e valores consagrados nos currículos em vigor.

As **Oficinas do Saber** são direcionadas para alunos com necessidades de suporte à aprendizagem, sem acompanhamento familiar e/ou outras situações mais disruptivas e funcionam em articulação com os Centros de Apoio à Aprendizagem (CAA) e outras respostas inclusivas/recursos educativos da escola (EMAEI, GAAF, Biblioteca Escolar, Projetos e Clubes).

No **1.º ciclo**, este apoio educativo centra-se num docente por ano de escolaridade, e nos **2.º e 3.º ciclos** num espaço/tempo de 100 minutos semanais, para grupos de alunos.

Neste sentido, as finalidades do apoio educativo são:

- A superação das dificuldades de aprendizagem diagnosticadas nos alunos;
- O reforço das aprendizagens;
- A prevenção da exclusão e do abandono escolar precoce;
- A orientação educativa e a integração na comunidade escolar;
- A deteção, enquadramento e prevenção de comportamentos de risco e de exclusão social;
- A promoção do sucesso educativo.

Esta medida permite, através de um ensino mais individualizado, recuperar os alunos logo que estes se afastam do currículo e é também avaliada como uma das melhores medidas de inclusão, ao ajudar os alunos com agregados familiares mais desestruturados nos trabalhos de casa e na melhoria das suas aprendizagens.

c) Recurso a desdobramentos de turmas na área das Línguas

Esta medida, a ser implementada prioritariamente no 3.º ciclo, tem por finalidade o desenvolvimento da Oralidade e da Escrita nas línguas (Português/Inglês) e a realização de trabalho prático.

d) Organização do funcionamento de algumas disciplinas de modo semestral

Esta medida, a ser implementada no 3.º ciclo, tem por finalidade a diminuição do número de disciplinas por semestre, o que permite uma maior rentabilização do seu trabalho (História e Geografia + Ciências Naturais e Físico-Química).

e) Aprender sem Fronteiras (Domínios de Autonomia Curricular - DAC)

É um espaço / tempo de integração curricular onde são desenvolvidos diferentes projetos, ao longo do ano, a definir pela equipa educativa, tendo em conta os interesses dos alunos, pois assentam em relações multidisciplinares, interdisciplinares e transdisciplinares e em metodologias integradoras do planeamento do ensino, da aprendizagem e da avaliação. A planificação elaborada identifica as disciplinas envolvidas e a forma de organização. Ou seja, privilegia-se nos Domínios de Autonomia Curricular (DAC) a metodologia de trabalho de projeto, explorando-se percursos pedagógico-didáticos promotores do trabalho prático e ou experimental. Nesta metodologia de trabalho, os alunos têm a possibilidade de planear, avaliar e realizar aprendizagens identificadas por eles como significativas, num processo acompanhado e orientado pelos professores das respetivas disciplinas.

f) Oficinas D'Artes/CEA

A disciplina de Complemento à Educação Artística (CEA), de oferta facultativa no 2.º ciclo e obrigatória no 3.º ciclo, é lecionada por docentes de Educação Artística e Tecnológica, Educação Musical e de Educação Física, num tempo de 50 minutos, articulando as aprendizagens destas três disciplinas, e visa o desenvolvimento de projetos do interesse dos alunos numa perspetiva de reforço das expressões artísticas. A turma funciona em desdobramento, numa lógica de trabalho de oficina. Esta medida permite:

- Promover e valorizar a criatividade dos alunos, num contexto de partilha e colaboração de ideias, através da exploração de atividades práticas e experimentais;
- Proporcionar aos alunos a vivência de experiências, articulando as várias expressões artísticas;
- Desenvolver atividades / projetos que envolvem todos os alunos do Agrupamento e em conjunto com as Associações Culturais e Recreativas da localidade.

g) Espaço Turma

É um espaço/tempo reservado aos alunos com o respetivo Diretor de Turma (DT) que visa:

- Tratar de assuntos relacionados com a turma;
- Apoiar a integração dos alunos na escola e o acesso às diferentes ofertas por ela promovidas;

- Fomentar o envolvimento dos alunos no planeamento e dinamização de atividades e projetos, bem como no desenvolvimento de temas a trabalhar nas Assembleias dos Delegados e Subdelegados.

h) Apoio Tutorial Específico

O apoio tutorial específico é uma medida de proximidade destinada aos alunos dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico que ao longo do seu percurso escolar acumulem duas ou mais retenções. Tem como objetivo incrementar o envolvimento dos alunos nas atividades educativas, nomeadamente através do planeamento e da monitorização do seu processo de aprendizagem. Neste sentido, pode constituir-se como um fator importante para a autorregulação das aprendizagens, procurando melhorar o seu desempenho e competências pessoais, ou seja, fomentar o controlo de comportamentos no decorrer de situações de aprendizagem.

Assim, cada professor tutor acompanha um grupo de 10 alunos. Para este acompanhamento do grupo, são atribuídas ao professor tutor quatro horas semanais. Os horários das turmas com alunos em situação de tutoria devem prever tempos comuns para a intervenção do professor tutor.

Ao professor tutor compete:

- Reunir-se, nas horas atribuídas, com os alunos que acompanha;
- Acompanhar e apoiar o processo educativo de cada aluno do grupo tutorial;
- Facilitar a integração de cada aluno na turma e na escola;
- Apoiar cada aluno no processo de aprendizagem, nomeadamente na criação de hábitos de estudo e de rotinas de trabalho;
- Proporcionar a cada aluno uma orientação educativa adequada a nível pessoal, escolar e profissional, de acordo com as aptidões, necessidades e interesses que manifeste;
- Promover um ambiente de aprendizagem que permita o desenvolvimento de competências pessoais e sociais;
- Envolver a família no processo educativo do aluno;
- Reunir com os docentes do conselho de turma para analisar as dificuldades e os planos de trabalho destes alunos.

i) Trabalho colaborativo (Refletir para Melhorar)

O Agrupamento, ao nível do trabalho colaborativo, mantém a organização em equipas de grupo de ano no 1.º ciclo e equipas educativas, nos 2.º e 3.º ciclos e ensino secundário, com o reforço da supervisão colaborativa entre pares, enquanto estratégia formativa para a melhoria das práticas letivas.

O trabalho das equipas educativas realiza-se:

- **Quinzenalmente:** na educação pré-escolar com a totalidade dos docentes e no 1.º ciclo por ano de escolaridade, em dias da semana diferentes por conveniência da organização dos horários. O tempo de trabalho colaborativo para estes docentes é de 120 minutos.
- **Semanalmente:** nos 2.º e 3.º ciclos e ensino secundário, por ano de escolaridade, em dias da semana diferentes. O tempo de trabalho colaborativo para estes docentes é de 50 ou 100m semanais.

Medidas de suporte à Aprendizagem e à Inclusão

“O Programa do XXI Governo Constitucional estabelece como uma das prioridades da ação governativa a aposta numa escola inclusiva onde todos e cada um dos alunos, independentemente da sua situação pessoal e social, encontram respostas que lhes possibilitam a aquisição de um nível de educação e formação facilitadoras da sua plena inclusão social. Esta prioridade política vem concretizar o direito de cada aluno a uma educação inclusiva que responda às suas potencialidades, expectativas e necessidades no âmbito de um projeto educativo comum e plural que proporcione a todos a participação e o sentido de pertença em efetivas condições de equidade, contribuindo assim, decisivamente, para maiores níveis de coesão social.” (Decreto-Lei n.º 54/2018).

O Agrupamento, com base nestes princípios, assume um compromisso com a inclusão há vários anos. A complexidade do compromisso com a inclusão acentua-se quando se amplia o seu conceito, mostrando que a inclusão não se esgota nos domínios das deficiências físicas e intelectuais, mas que também se trata de um caminho de aceitação multicultural e social que salvaguarde e potencie o sentido de pertença de cada criança/aluno. A existência de um plano estratégico e concertado garante segurança e bem-estar a todos os alunos, promovendo assim a inclusão dos que possam vivenciar situações de risco e/ou perigo.

Assim, tem sido realizada uma grande aposta, não só ao nível da inclusão mas ao serviço dela mesma, na articulação e na implementação de um verdadeiro trabalho cooperativo. Neste sentido, a inclusão, na sua globalidade, integra também os docentes do grupo de Educação Especial que:

- Colaboram com as equipas educativas, almejando articular-se com elas em tempo útil na análise das situações contextuais dos alunos com necessidades de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão;
- Prestam apoio direto aos alunos com medidas adicionais complementando o trabalho desenvolvido em sala de aula ou em outros contextos educativos;
- Prestam trabalho de consultoria a alunos com medidas universais e/ou seletivas, em articulação com os restantes agentes educativos.

Do mesmo modo, os demais elementos permanentes da EMAEI, sendo conhecedores das suas funções, apropriam-se das informações e decisões da EMAEI e partilham e promovem a reflexão sobre as mesmas nas reuniões das equipas educativas dos grupos/ciclos que representam.

Desta forma, o Agrupamento assume a complexidade de uma visão holística e integrada do desenvolvimento de cada criança/aluno. Como tal, acredita e aposta na articulação de visões multidisciplinares e que extrapolem a relação de aprendizagem em sala de aula e a dinâmica professor \diamond aluno.

Com o Decreto-Lei n.º 54/2018, surge o conceito de Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA) que aglutina o modelo de Unidade Especializada, criando espaços dinâmicos, plurais e agregadores dos recursos humanos, materiais e outras respostas educativas já existentes nas escolas, mobilizando para a inclusão os saberes e competências existentes no agrupamento, valorizando assim, os saberes e as experiências de todos.

O CAA funciona em diferentes espaços, no sentido de corresponder à essência agregadora de recursos humanos e materiais, bem como dos saberes e competências da escola. Esses espaços agregam, sempre que se justifique, outros locais que compõem as escolas e que apresentam um conjunto de recursos e materiais variados direcionados às necessidades dos alunos, organizados em função do tipo de trabalho, do tipo de recursos e valências e de áreas

específicas, onde será possível atender pequenos grupos ou alunos individualmente.

No que respeita à avaliação dos alunos, dependendo da abordagem multinível aplicada a cada um, os critérios de avaliação são definidos em sede de grupo, equipa educativa e/ou EMAEI. Estão espelhados nos documentos específicos para o efeito: RTP e/ou PEI. No caso das medidas universais, as necessárias adaptações ao processo de avaliação ficam registadas nas atas dos conselhos de turma / grupo de ano (1º ciclo).

De igual modo desenvolvem-se todos os esforços para que, de uma forma natural, todos os alunos, nomeadamente com deficiências/incapacidades, participem em todas as atividades desenvolvidas na escola e fora dela, em dinâmicas como os DAC, Cidadania e Desenvolvimento, Complemento à Educação Artística, visitas de estudo...).

O Agrupamento tem direcionado a implementação do atual Decreto-lei nº54/2018 com a integração e consciencialização de todos os intervenientes, rompendo com a ligação de práticas inclusivas direcionadas exclusivamente aos alunos com necessidades específicas. Tem vindo a ser realizado trabalho de formação e sensibilização para e com alunos, encarregados de educação, docentes e pessoal não docente, no sentido de veicular o compromisso com a inclusão de todos os alunos.

Neste contexto, no quadro do atual PE do Agrupamento, o princípio inclusivo atua nos diversos domínios, visando promover a igualdade de oportunidades que permita o acesso e o sucesso de todas as crianças e jovens, independentemente das suas diferenças individuais, articulando a sua ação com parceiros internos e externos à comunidade educativa, estabelecendo, para esse efeito, diversos protocolos com instituições e empresas da comunidade. Deste modo, é possível implementar os planos individuais de transição (PIT), destinados aos alunos com mais de quinze anos de idade que usufruem de medidas adicionais, e garantir a sua adequada integração pessoal e social na vida adulta.

Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC)

No 1.º ciclo desenvolvem-se atividades de enriquecimento curricular (AEC), cuja entidade promotora é a Câmara Municipal de Valongo.

No sentido de continuar a adaptar os tempos de permanência dos alunos na escola às necessidades das famílias e, simultaneamente, de garantir que esses tempos sejam, não só pedagogicamente ricos e complementares das aprendizagens curriculares, como também de “caráter lúdico, devendo orientar-se para o desenvolvimento da criatividade e das expressões, através da utilização de espaços, materiais, contextos e outros recursos educativos diversificados”, evitando-se, tanto quanto possível, “a permanência na sala de aula”, o Agrupamento propõe continuar a proporcionar aos alunos, durante o presente triénio, as seguintes ofertas de Atividades de Enriquecimento Curricular / carga horária semanal:

- **1.º Ano de escolaridade:**
 - 1 tempo de Inglês (60 minutos);
 - 2 tempos de Expressões (120 minutos);
 - 2 tempos de Atividade Física e Desportiva (120 minutos).

- **2.º Ano de escolaridade:**
 - 1 tempo de Inglês (60 minutos);
 - 2 tempos de Expressões (120 minutos);
 - 1 tempo de Atividade Física e Desportiva (60 minutos);
 - 1 tempo de Xadrez (60 minutos).

- **3.º Ano de escolaridade**
 - 1 tempo de Xadrez (60 minutos);
 - 2 tempos de Atividade Física e Desportiva (120 minutos);
 - 2 tempos de Ciências Experimentais (120 minutos).

- **4.º Ano de escolaridade:**
 - 1 tempo de Ciências Experimentais (60 minutos);
 - 2 tempos de Atividade Física e Desportiva (120 minutos).

Com base nestes princípios, o departamento curricular do 1º ciclo elabora anualmente um plano de trabalho, propondo a organização dos tempos e a dinâmica a implementar nestas atividades de enriquecimento curricular.

Este plano de trabalho, depois do parecer do Conselho Pedagógico, é aprovado em reunião do Conselho Geral.

Recursos Educativos do Agrupamento

Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família (GAAF)

O Agrupamento, através da celebração do contrato de autonomia com o Ministério da Educação, em 2013, apostou na contratação de um profissional das Ciências da Educação e criou o Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família (GAAF) como equipa multidisciplinar disponível a trabalhar de forma sistémica cada criança/aluno e as suas respetivas dinâmicas em família e comunidade. Ou seja, trabalha com a rede socioeducativa concelhia na procura das respostas mais adaptadas e ajustadas a cada criança/aluno e seu agregado familiar e desenvolve, de forma intimamente concertada com a EMAEI, a análise das medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão adequadas a cada situação e com a intervenção do(s) técnicos especializados mais pertinentes em cada caso. Atualmente, esta equipa é composta por uma mediadora socioeducativa, uma educadora social e três psicólogos. O GAAF tem como objetivos gerais:

- Promover o desenvolvimento integral da criança e do jovem, contribuindo para o seu crescimento harmonioso global;
- Potenciar o sucesso educativo dos alunos;
- Prevenir situações de risco;
- Fomentar uma relação de interação entre os diversos agentes educativos, nomeadamente família-escola-comunidade.

No que diz respeito à intervenção junto dos demais agentes educativos, o GAAF versa sobre as seguintes dimensões da Mediação: Mediação Formadora; Mediação entre contextos, agentes e parceiros (rede socioeducativa); Mediação para a autonomia; Mediação entre intenções educativas.

Serviço de Psicologia e Orientação (SPO)

O Serviço de Psicologia e Orientação (SPO) é uma unidade especializada de apoio educativo integrada na rede pública do Ministério da Educação.

É um serviço que, de forma coordenada com os órgãos de gestão e com as estruturas de orientação educativa da escola, promove a existência de condições que assegurem a plena integração escolar dos alunos, nos aspetos psicológicos e socioeducativos.

O SPO do Agrupamento de Escolas de Campo desenvolve a sua ação em três grandes áreas:

- Prevenção;
- Apoio psicopedagógico;
- Orientação Escolar e Profissional.

Projetos e Clubes

O Agrupamento pretende formar alunos responsáveis e solidários, conscientes de que as exigências da sociedade atual pressupõem o domínio de competências académicas, mas também a capacidade de aceitar desafios, de inovar e de conviver de forma solidária. Assim, entendemos que a participação e envolvimento dos alunos em projetos e clubes² ajudam no desenvolvimento de competências como a cooperação, a capacidade de trabalhar em equipa e de ser interdependente, numa perspetiva multicultural e de reconhecimento e aceitação das diferenças. Neste âmbito, os projetos e clubes são entendidos como mais uma componente da vida ativa da Escola, onde se desenvolvem atividades de complemento curricular e que se podem materializar em visitas de estudo, exposições, concursos, debates, entre muitas outras, dependendo da especificidade das áreas. Estas características permitem o convívio não só dos alunos com os seus pares (de dentro e de fora da escola), mas também entre estes alunos com os professores, pais e comunidade, em geral, ampliando desta forma as suas ações educativas, ao favorecer a livre organização dos jovens, ao desfrutar de um tempo e espaço de lazer.

Os projetos e clubes, ao serem simultaneamente espaços de lazer e de vivência cultural, proporcionadores de momentos da expressão da vitalidade e da sensibilidade dos jovens, favorecem a realização de atividades para todos os perfis de jovens sem exigir treinamentos específicos ou experiência nas atividades oferecidas, especialmente dos jovens que encontram mais dificuldades em estabelecer uma relação concreta com o outro. Assim, os projetos e clubes são um contributo para que o aluno seja livre, autónomo, responsável, criativo, consciente de si próprio e do mundo que o rodeia, capaz de pensar crítica e autonomamente, com competência de trabalho colaborativo e com capacidade de comunicação.

Anualmente, e em sede do PAA, o Agrupamento propõe os projetos e os clubes a dinamizar, com incidência nas áreas:

- Saúde;
- Ambiente;
- Desporto, com destaque para o desporto escolar;
- Literacias, com destaque para as atividades da Biblioteca Escolar (BE).

No âmbito dos projetos e clubes destacamos a BE, por ser um recurso educativo do Agrupamento de apoio ao currículo das diferentes disciplinas, com a inclusão de ações concretas, segundo o Referencial Aprender com a Biblioteca Escolar (Referencial AcBE). Este documento é facilitador da articulação/colaboração entre a BE e os diferentes currículos e promotor das diferentes literacias, essenciais na obtenção do conhecimento global.

Destacamos ainda, pela sua importância na operacionalização deste PE, o Projeto “Amigos de Agrupamento”, que visa comprometer toda a comunidade local nesta noção de *Escola de Sucesso*, pela partilha de responsabilidades e o estabelecimento de parcerias educativas ao nível do processo de ensino e de aprendizagem dos alunos.

² Projetos e Clubes (ver PAA).

Metodologias

Tendo como princípio a diferenciação curricular, todas as metodologias são suscetíveis de serem utilizadas na sala de aula, desde que sejam adequadas à organização dos espaços e ao ritmo de aprendizagem de cada aluno. Essas metodologias podem ser:

- Trabalho de projeto – os alunos têm a possibilidade de, em equipa e colaborativamente, sugerir hipóteses, planear, interpretar dados, fomentar o debate de ideias, avaliar e realizar aprendizagens identificadas por eles como significativas, aumentando a sua motivação e empenho, num processo acompanhado e orientado pelos professores;
- Trabalho individual – onde podem ser utilizados novos recursos na ação pedagógica e fazer interligação entre a teoria e a prática;
- Trabalho de pares e de grupo – para promoção da construção do saber. A abordagem de temas deve efetuar-se através da formulação de problemas com interesse para os alunos e que constituam pontos de partida para o desenvolvimento das atividades;
- Expositivas – combinadas com metodologias ativas e interdisciplinares;
- Pedagogia de contrato – com vista à implementação de um espírito colaborativo e de respeito pelas normas previamente estabelecidas e acordadas.

Num contexto complexo de diversidade como o da sala de aula, devem pôr-se em prática propostas metodológicas que:

- Sejam abertas e flexíveis;
- Se adaptem a todos os alunos, e a cada um, motivando-os, interessando-os e cativando-os;
- Se adequem ao processo de ensino e de aprendizagem, às capacidades e aos ritmos de aprendizagem de cada aluno;
- Promovam as aprendizagens essenciais, a consolidação, aprofundamento e o enriquecimento das mesmas;
- Privilegiem o trabalho prático e experimental.

2. Organização e Funcionamento do Agrupamento

Calendário Escolar em dois Semestres

A opção do Agrupamento é a organização do ano letivo em dois semestres para todos os níveis de educação e ciclos de ensino, cumprindo:

- A duração do ano letivo;
- As datas de início e final do ano letivo;
- O número de dias de aulas e o número de dias das interrupções letivas;
- O respeito pelas datas festivas do Natal, Carnaval e Páscoa.

Com os seguintes Momentos de Avaliação e Reporte da Avaliação aos Alunos e aos Pais /EE:

- **1.º momento em finais de novembro** – Avaliação qualitativa e descritiva com a elaboração de pequenos memorandos das aprendizagens dos alunos e entrega aos EE;
- **2.º momento no final de janeiro** – Avaliação sumativa **final do 1.º semestre letivo**;
- **3.º momento em março/abril** - Avaliação qualitativa e descritiva com a elaboração de pequenos memorandos das aprendizagens dos alunos e entrega aos EE;
- **4.º momento no final do ano** – Avaliação sumativa **final do 2.º semestre**

O calendário escolar é definido, anualmente, com base nas orientações do Ministério da Educação e nele estão definidos os períodos de avaliação e as interrupções letivas, sendo este tempo rentabilizado para:

- Formação do pessoal docente e não docente;
- Reuniões gerais do Agrupamento;
- Reuniões de avaliação e planificação nas escolas/jardins de infância.

Estruturas de Coordenação Educativa e Supervisão Pedagógica

As estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica que intervêm mais diretamente na flexibilização, articulação, gestão e monitorização do currículo têm as seguintes funções específicas:

Departamento Curricular da Educação Pré-escolar:

- Definição do desenho curricular (perfis de aprendizagem por idade), tendo em vista a concretização do PE;
- Planificação de atividades e projetos a desenvolver, anualmente, de acordo com as orientações emanadas do Conselho Pedagógico;
- Análise e avaliação das práticas educativas dos JI e o seu contexto;
- Análise e avaliação dos PCG, partindo dos fundamentos e princípios educativos da educação pré-escolar, do desenho curricular específico para as crianças deste Agrupamento e das metas educativas definidas no PE;
- Promoção da supervisão pedagógica das atividades de animação e apoio à família (AAAF) e a sua articulação com as atividades educativas em cada JI;
- Levantamento das necessidades de formação dos docentes, a partir da monitorização do desempenho docente.

Departamentos Curriculares do Ensino Básico e Secundário:

- Seleção de conteúdos programáticos, promoção de estratégias de ensino e de aprendizagem e de metodologias de trabalho em articulação com as equipas educativas, grupos disciplinares e grupos de ano;
- Definição de estratégias de diferenciação pedagógica e práticas de avaliação;
- Elaboração e aplicação de medidas de reforço nos domínios das didáticas específicas das disciplinas;
- Adoção de medidas de gestão flexível do currículo, promoção dos DAC e de outras medidas destinadas a melhorar a qualidade das aprendizagens, a prevenir o absentismo e o insucesso escolar;
- Monitorização do cumprimento dos mapeamentos / planificações anuais das disciplinas;
- Avaliação das dinâmicas das estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica;
- Levantamento das necessidades de formação dos docentes, a partir da monitorização do desempenho docente.

Outras Estruturas de Coordenação Educativa

Enquanto grupos de trabalho em articulação com os Departamentos Curriculares, funcionam, ainda, no Agrupamento:

Grupos de Ano no 1.º ciclo.

Os Grupos de ano no 1.º ciclo assumem as funções definidas para os grupos disciplinares, as equipas educativas e os Conselhos de Turma dos 2.º e 3.º ciclos e ensino secundário, a seguir descritas.

Grupos Disciplinares nos 2.º e 3.º ciclos e ensino secundário, que têm como função:

- Elaboração anual dos mapeamentos / planificação das disciplinas, por ano de escolaridade (articulação dos conteúdos curriculares com as aprendizagens essenciais e o perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória), identificando as estratégias de ação a implementar;
- Identificação dos conteúdos / aprendizagens para a articulação entre disciplinas, a trabalhar nos Domínios de Autonomia Curricular (DAC)
- Definição de procedimentos e instrumentos de avaliação das aprendizagens dos alunos, tendo por base os critérios definidos no departamento curricular;
- Elaboração das checklist das aprendizagens essenciais / competências do perfil do aluno a entregar aos Pais/EE;
- Definição das metodologias e das estratégias de ação a trabalhar ao nível dos apoios educativos em cada disciplina;
- Análise e reflexão dos resultados do seu ano de escolaridade, de acordo com as metas educativas definidas no PE/PAA.

Equipas Educativas por anos de escolaridade nos 2.º, 3.º ciclos e ensino secundário

As equipas educativas têm como referência o trabalho elaborado pelos Grupos Disciplinares e operacionalizam-no da seguinte forma:

- Operacionalização e monitorização dos mapeamentos nas várias turmas do ano de escolaridade, numa perspetiva de supervisão pedagógica entre pares;
- Definição das dinâmicas de trabalho pedagógico (preparação e partilha de atividades, materiais, práticas educativas ao nível de sala de aula), tendo em conta as especificidades dos alunos/turma;
- Articulação dos projetos a desenvolver no ano de escolaridade, promovendo a gestão curricular horizontal e vertical na equipa e propondo parcerias para os diferentes projetos interdisciplinares a implementar ao nível da escola e Agrupamento;
- Planificação das opções curriculares e MPSE adotadas para o ano de escolaridade, identificando na planificação os conteúdos curriculares a serem trabalhados ao nível do trabalho interdisciplinar (DAC), as formas de realização dessa articulação interdisciplinar de conteúdos e a respetiva avaliação e procedimentos de monitorização;
- Identificação dos alunos com dificuldades ao nível do comportamento ou aproveitamento e elaboração de um plano de trabalho com as estratégias de ação para cada um deles (organização, em conjunto, de um processo de ensino e de avaliação diferenciado), indicando as medidas universais, no âmbito do Decreto-Lei 54/2018, a sua partilha entre docentes e responsabilização na sua aplicação; as decisões conjuntas quanto à pertinência da identificação de alunos à EMAEI, tendo em vista a necessidade de aplicação de outras medidas multinível (seletivas e/ou adicionais); a indicação das adaptações no processo de avaliação a adotar para cada aluno (Decreto-Lei 54/2018), garantindo a sua uniformização;
- Planificação e implementação da Estratégia de Educação para a Cidadania de Escola;

- Avaliação da evolução dos alunos identificados e a frequentar o apoio educativo, o CAA e outras respostas inclusivas mobilizando recursos educativos da escola (BE, sala de estudos, projetos e clubes);
- Articulação com os conselhos de turma e os departamentos curriculares;
- Elaboração do **documento de Planeamento Curricular** (Decreto-Lei nº 55/2018) orientador da dinâmica do ano de escolaridade e que integra os itens seguintes:
 - Registo das opções curriculares e MPSE definidas no PAA, para o respetivo ano, identificando a forma como estão organizadas;
 - Registo das áreas de competência a priorizar no trabalho com os alunos (perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória) tendo por referência as aprendizagens essenciais;
 - Registo dos temas da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC) escolhidos;
 - Registo das articulações curriculares das várias disciplinas para o trabalho interdisciplinar - Domínios de Autonomia Curricular (DAC) e de outras formas de organização do trabalho a desenvolver;
 - Registo das metodologias de trabalho a utilizar e dos mecanismos de monitorização do trabalho efetuado, para aferir a evolução das aprendizagens;
 - Registo dos critérios e dos instrumentos de avaliação a utilizar.
 - Registo das planificações do trabalho a desenvolver com as turmas, identificando os conteúdos ao nível da articulação curricular e do trabalho interdisciplinar, de acordo com as opções curriculares, as formas de realização e avaliação;
 - Identificação dos alunos com dificuldades de aprendizagem com a indicação das medidas universais no âmbito do Decreto-Lei 54/2018 e as adaptações no processo de avaliação, de forma a garantir a sua uniformização;
 - Identificação da tomada de decisão quanto à pertinência da identificação de alunos à Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI), tendo em vista a necessidade de aplicação de outras medidas multinível (seletivas e/ou adicionais).

Conselhos de Turma nos 2.º, 3.º ciclos e ensino secundário

- Apreciação das propostas de avaliação do desempenho dos alunos apresentadas pelos docentes das disciplinas, refletindo e decidindo sobre a situação global dos alunos (avaliação qualitativa e descritiva e avaliação sumativa);
- Definição e reformulação das estratégias de ensino e de aprendizagem para os alunos que apresentem dificuldades no acesso ao currículo;
- Acompanhamento e avaliação das atividades a desenvolver com os alunos e na articulação entre a escola e a família;
- Análise e reflexão sobre os resultados escolares dos alunos da turma, de acordo com as metas educativas definidas no PE/PAA.

Estratégias de Articulação Curricular

A definição da relevância das aprendizagens é da responsabilidade de todos os educadores e professores que integram os diversos departamentos curriculares e enquadra-se no modelo educativo do Agrupamento, ao reforçar que a promoção de um ensino de qualidade só se pode concretizar através de estratégias de ensino diferenciadas e plurais. Neste sentido, é necessário continuar a melhorar o trabalho de articulação curricular aos níveis vertical e horizontal, no sentido de potenciar o efeito cumulativo das aprendizagens numa lógica de sequencialidade progressiva. Esta articulação faz-se nas diferentes estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica, em articulação com o Conselho Pedagógico, operacionalizando-se através da execução dos planos anuais e plurianuais de atividades (PAA), das planificações das disciplinas ou áreas de conteúdo e, ainda, dos planos de trabalho dos departamentos curriculares. Neste âmbito, foi criada uma rede de comunicação formal por e-mail institucional que permite, de uma forma prática e objetiva, que as informações, agendas das reuniões e atividades cheguem de forma mais célere a todos os docentes. Numa perspetiva de aprofundamento do trabalho cooperativo e colaborativo, são criadas também anualmente condições organizacionais, de modo a que os docentes do mesmo grupo de recrutamento, os coordenadores de departamento e de ciclo, os diretores de turma e as equipas educativas e dos projetos possam ter tempos em comum de forma a promover a articulação curricular e práticas reflexivas ao nível da programação, planificação e partilha do trabalho de sala de aulas e análise dos resultados escolares e da dinâmica do Agrupamento, de acordo com os objetivos e metas do PE. Assim, ao longo de cada ano letivo realizam-se:

- Reuniões dos coordenadores de departamento e de ciclo, para preparação do trabalho das estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica, e do Conselho Pedagógico, em articulação com o trabalho da equipa de autoavaliação;
- Reuniões dos departamentos curriculares, para desenvolvimento e monitorização do currículo, adequar à realidade do Agrupamento a aplicação das orientações curriculares estabelecidas a nível nacional, verificação da continuidade e sequência de nível de educação e de ensino, definição dos critérios de avaliação das aprendizagens das crianças e dos alunos e aferição das metas do PE;
- Reuniões dos conselhos de turma e conselhos de ano, para análise e avaliação da evolução e aprendizagens dos alunos, causas do (in)sucesso educativo dos alunos, procura de estratégias adequadas para resolver os problemas de aprendizagem dos alunos e planificação das atividades de enriquecimento curricular;
- Reuniões dos grupos disciplinares e conselhos de ano, para planificar as atividades letivas, elaboração e troca de materiais didáticos, preparação de aulas, elaboração dos instrumentos para as várias modalidades de avaliação;
- Reuniões das equipas educativas, para decidir e planear as aprendizagens essenciais a trabalhar com as turmas em todas as áreas disciplinares e em articulação com os projetos em desenvolvimento;
- Reuniões regulares das equipas dos projetos e clubes.

Articulação entre a educação pré-escolar e o 1.º ciclo

A articulação entre as várias etapas do percurso educativo do aluno implica uma sequencialidade progressiva, conferindo a cada etapa a função de completar, aprofundar e alargar a etapa anterior, numa perspetiva de continuidade e unidade global da educação/ensino. Aos educadores de infância e professores do 1.º ciclo compete ter uma atitude proativa na procura desta sequencialidade, não deixando de afirmar a especificidade de cada etapa, porém criando condições para uma articulação conjunta. Esta articulação envolve estratégias que passam não só pela valorização das aquisições feitas pela criança no JI, como também pela familiarização com as aprendizagens escolares formais. Nessa perspetiva, apresentam-se algumas estratégias facilitadoras de articulação, a realizar conjuntamente pelos educadores de infância e professores do 1.º ciclo:

- Estabelecer contactos, formais e informais, entre os docentes deste nível de educação e ciclo de ensino, no sentido de em conjunto se alcançar uma compreensão do que se realiza na educação pré-escolar e no 1.º ciclo e também analisar e debater em comum as propostas curriculares para cada nível e ciclo;
- Planificação e desenvolvimento de projetos e atividades comuns, a realizar ao longo do ano letivo, que impliquem a participação dos educadores, professores do 1.º ciclo e respetivos grupos de crianças e alunos;
- Organização de visitas e outras atividades das crianças de 5 anos nas salas do 1.º ciclo como meio de adaptação e conhecimento;
- Reuniões periódicas de articulação, para o conhecimento, análise e reflexão sobre o perfil de aprendizagem das crianças ao nível dos 5 anos e das aprendizagens a adquirir pelos alunos no 1.º ano de escolaridade;
- Participação dos pais/família no processo de transição³, mantendo, no 1.º ciclo, o papel ativo de parceria que desenvolveram ao longo da frequência da educação pré-escolar.

Articulação entre os ciclos do ensino básico e entre estes e o ensino secundário

Numa perspetiva de articulação curricular ao longo de cada ano letivo, para além das reuniões das estruturas de orientação educativa e supervisão pedagógica, desenvolvem-se outras estratégias e medidas, promotoras da articulação aos níveis vertical e horizontal:

- Reunião dos professores titulares de turma do 4.º ano com os diretores de turma do 5.º ano, na 1.ª quinzena de setembro, no sentido de promover a integração e o sucesso dos alunos, e em outros momentos no sentido da articulação de conteúdos curriculares e estratégias;
- Visitas dos alunos de 4.º ano à escola sede, com o intuito de os familiarizar com os diferentes espaços e serviços e permitir o contacto e conhecimento antecipado dos professores e outros agentes educativos.
- Reunião dos professores das disciplinas na transição do 6.º para o 7.º ano e do 9.º para o 10.º ano;
- Planificação e desenvolvimento de atividades comuns, a realizar ao longo do ano letivo, tanto ao nível das atividades curriculares como de enriquecimento curricular.

³ Os momentos e procedimentos de articulação entre a educação pré-escolar e o 1.º ciclo encontram-se definidos, de forma pormenorizada, no anexo I

Horários de funcionamento dos JI e escolas

Todos os níveis e ciclos de educação e ensino do Agrupamento funcionam em regime normal. O horário de funcionamento e o calendário escolar são apresentados no início de cada ano letivo em reunião de pais/EE e são elaborados de acordo com a legislação em vigor, o contexto e a dinâmica específica de cada nível de educação e ciclo de ensino. Nos 2.º e 3.º ciclos e secundário, os tempos letivos organizam-se em tempos de 50 minutos, com um intervalo do almoço não inferior a uma hora.

JI	9h – 12h / 13h30 – 15h30
1.º Ciclo	9h – 12h / 13h30 – 17h30

Nota: No 1.º ciclo – das 13h30 às 17h – possibilidade de AEC em flexibilização com a atividade letiva. Das 17h às 17h30 – Projeto “Parque das Serras do Porto”

2.º/3.º Ciclos e Secundário			
Tempo		Intervalo	
Turno da manhã	1	08:15 – 09:05	10 minutos
	2	09:15 – 10:05	15 minutos
	3	10:20 – 11:10	10 minutos
	4	11:20 – 12:10	5 minutos
	5	12:15 – 13:05	
Turno da Tarde	6	13:15 – 14:05	5 minutos
	7	14:10 – 15:00	10 minutos
	8	15:10 – 16:00	15 minutos
	9	16:15 – 17:05	10 minutos
	10	17:15 – 18:05	

Matrículas e Renovação de Matrículas

A frequência dos JI e escolas do Agrupamento implica a matrícula e a renovação de matrícula.

A matrícula tem lugar para ingresso, pela primeira vez, na educação pré-escolar e no ensino básico.

Na educação pré-escolar e no ensino básico, o pedido de matrícula é feito:

- Via internet, entre abril e junho do ano letivo anterior àquele a que a matrícula respeita;
- Via secretaria do Agrupamento;

Há ainda lugar a matrícula em caso de ingresso em qualquer ano de escolaridade dos níveis e modalidades de ensino por parte de alunos que tenham mudado de residência, de candidatos titulares de habilitações adquiridas em países estrangeiros ou de alunos que mudem de curso e pretendam alterar o seu percurso formativo.

A renovação de matrícula das crianças e dos alunos que frequentam o Agrupamento realiza-se automaticamente na escola sede, no final de cada ano letivo; tem lugar nos anos letivos subsequentes ao da matrícula até à conclusão do respetivo nível de educação ou de ensino e para o prosseguimento de estudos; é facultada a informação disponível ao encarregado de educação, pelo diretor de turma/professor titular de turma/educador titular do grupo, para verificação, correção ou alteração de dados necessários, em suporte de papel ou digital. Em todos os demais procedimentos, a Direção segue a legislação em vigor.

Critérios para a Constituição dos Grupos e das Turmas

Na constituição de turmas/grupos, em qualquer dos níveis e ciclos de educação e ensino, prevalecem a legislação em vigor e os critérios de ordem pedagógica, nomeadamente:

- Dar continuidade ao mesmo grupo de crianças/alunos ao longo da permanência no JI e nos três ciclos do ensino básico, bem como no ensino secundário, salvo as devidas exceções aprovadas no Conselho Pedagógico;
- A distribuição das crianças/alunos pelos grupos/turmas deverá ser feita de forma a manter o equilíbrio relativamente à idade e sexo;
- Distribuição dos alunos retidos ou não aprovados pelas diversas turmas do ano de escolaridade;
- Ter em consideração as indicações dos educadores de infância, professores do 1.º ciclo e dos conselhos de turma, bem como das equipas educativas que acompanham as crianças/alunos ao longo do ciclo, desde que estas não contrariem a legislação aplicável e os critérios específicos que a seguir se definem;
- Ter em conta os alunos com necessidades específicas que estejam em efetiva permanência no grupo/turma, em dinâmicas de verdadeira inclusão;

A redução do número de alunos por turma deverá acautelar não apenas os aspetos relacionados com condições logísticas e com os percursos formativos, mas sobretudo inscrever-se como medida potenciadora de melhores aprendizagens para todas as crianças/alunos.

Tendo por base estes critérios de natureza pedagógica, compete ao Diretor, ouvido o Conselho Pedagógico, aplicá-los no quadro de uma eficaz gestão e rentabilização de recursos humanos e materiais existentes e no respeito pelas regras constantes na legislação em vigor.

Constituição dos grupos no JI e turmas no 1.º Ciclo

Educação Pré-escolar

A constituição dos grupos de crianças nos JI do Agrupamento, de acordo com o princípio da continuidade expressa anteriormente, efetua-se com base no modelo homogéneo, ou seja, os grupos, sempre que possível, são constituídos por idades. Quando não é possível constituir grupos só de uma idade, juntam-se crianças da idade mais próxima (grupo de três anos com os de quatro mais novos; grupos de cinco anos com os de quatro mais velhos). No último ano de frequência do JI, defendendo que seja de frequência obrigatória para todas as crianças, serão, sempre que possível, organizados grupos de cinco anos.

Ensino básico e secundário

A constituição de turmas no ensino básico e secundário deverá obedecer aos seguintes critérios:

- Assegurar a continuidade das turmas e distribuir os alunos retidos por várias turmas;
- Respeitar, sempre que possível, as decisões dos conselhos de ano e do conselho de turma do ano anterior;
- Salvaguardar a constituição de turmas que responda ao desenvolvimento de projetos com critérios muito específicos;
- Considerar outras condicionantes, devidamente justificadas, tais como problemas de saúde, desporto de alta competição, ensino articulado e problemas familiares.

CrITÉrios PedagÓgicos para elaboração dos HorÁrios dos Alunos

A organização dos horÁrios dos alunos dos 2.º e 3.º ciclos e ensino secundÁrio é realizada de acordo com a carga letiva curricular semanal de cada disciplina e obedece aos seguintes critÉrios pedagÓgicos:

- Privilegiar, sempre que possÍvel, no perÍodo da manhã e primeiros tempos da tarde as disciplinas do domÍnio mais teÓrico e abstrato e de seguida as disciplinas com uma componente mais prÁtica;
- Evitar que a carga curricular diÁria exceda 8 tempos de 50 minutos;
- Evitar a colocação dos tempos letivos das disciplinas em dias consecutivos e 2.ª e 6.ª feira;
- Excluir os tempos consecutivos das lÍnguas estrangeiras;
- Atribuir a todas as turmas pelo menos dois turnos livres para o estudo ou outras atividades;
- Colocar o maior número de aulas possÍvel na mesma sala, de forma que os alunos se desloquem apenas para as salas onde são lecionadas as disciplinas especÍficas;
- Iniciar as aulas de Educação FÍsica uma hora após a hora do almoço;
- Evitar longos perÍodos de hora de almoço;
- Excluir os tempos desocupados (furos) entre tempos letivos.

CrITÉrios para a Atribuição de Salas de Aula

A atribuição da sala de aula, no 1.º ciclo, deve respeitar a proximidade de anos de escolaridade para melhorar a coesão e o trabalho colaborativo e cooperativo dos docentes, salvaguardando situações de alunos/docentes de mobilidade reduzida.

Na escola bÁsica e secundÁria, os princÍpios organizacionais passam também pela fixação de uma sala por cada duas turmas, uma no turno da manhã e outra no turno da tarde, de forma a evitar que os alunos transportemos seus materiais escolares e responsabilizando mais os alunos pelo espaço da sala. No entanto, há espaços/salas especÍficos para as aulas de Ciências Naturais, Biologia e Geologia, FÍsica e QuÍmica, Educação Visual, Educação Tecnológica, Educação Musical, Educação FÍsica e dos cursos profissionais.

Organização de Desdobramento de Aulas e seu Regime de Funcionamento

Quando o número de alunos da turma for igual ou superior a 20, no ensino bÁsico, ou superior a 20, no ensino secundÁrio, o desdobramento de turmas é autorizado nas seguintes disciplinas:

- Ciências Naturais e FÍsico-QuÍmica (3.º ciclo) - no tempo correspondente a um mÁximo de 100 minutos, de modo a permitir a realização de trabalho experimental;
- Biologia e Geologia e FÍsica e QuÍmica A (ensino secundÁrio) - no tempo correspondente mÁximo de 150 minutos, de modo a permitir a realização de trabalho experimental, nas disciplinas bienais;
- Biologia (12.º ano) - no tempo correspondente no mÁximo a 100 minutos, para a realização de trabalho experimental.

CrITÉrios para a DistribuiÇão do ServiÇo Letivo e da CNL

AtribuiÇão de turmas e grupos

A distribuiÇão do serviÇo letivo deve ter como princÍpio orientador a defesa da qualidade do ensino e os legÍtimos interesses das crianÇas e dos alunos, pelo que as preferências dos docentes apenas deverã ser tomadas em conta quando nã colidam com os objetivos do Agrupamento, enquanto instituiÇão, e nã prejudiquem o seu bom funcionamento nem contrariem as disposiÇões legais e regulamentares.

Nesta perspetiva, a distribuiÇão do serviÇo docente é da responsabilidade do Diretor e obedece a legislaÇão prÓpria e aos seguintes princÍpios:

- A continuidade das turmas/grupos, durante o nÍvel e o ciclo, deve ser assegurada numa perspetiva de articulaÇão e continuidade pedagÓgica pelos educadores/professores;
- Nos 2.º e 3.º ciclos e ensino secundário, na distribuiÇão do serviÇo letivo deve-se atribuir a cada professor, sempre que possÍvel, o menor nÚmero de turmas e mais do que uma disciplina, de forma a diminuir o nÚmero de professores no conselho de turma;
- A constituiÇão dos conselhos de turma deve manter-se o longo do ciclo, facilitando o trabalho colaborativo e cooperativo dos professores;
- No 1.º ciclo, o apoio educativo deverã ser prestado por um docente por ano de escolaridade;
- Nos 2.º e 3.º ciclos, e desde que possÍvel, serã prestado apoio pelo professor da turma/disciplina e aferido ao longo do ano letivo, de acordo com as necessidades dos alunos;
- No ensino secundário o apoio educativo é disponibilizado aos alunos pela escola de acordo com as necessidades dos mesmos;
- O Diretor de Turma deve dar continuidade, nesta funÇão, à sua turma ao longo de todo o ciclo.

DistribuiÇão da CNL de estabelecimento:

O tempo de CNL de estabelecimento a atribuir a todos os docentes, desde a educaÇão pré-escolar até ao ensino secundário, é de 150 minutos. A distribuiÇão da CNL de estabelecimento tem subjacentes os seguintes critÉrios:

- DireÇão de Turma;
- O exercÍcio de cargos;
- Apoio às dificuldades dos alunos;
- DinamizaÇão dos recursos e serviÇos educativos do Agrupamento, nomeadamente: BE, sala de estudo, centro de apoio à aprendizagem, clubes
- Trabalho colaborativo.
 - O tempo de trabalho colaborativo é de 120m para os docentes da educaÇão pré-escolar e do 1º ciclo;

- O tempo de trabalho colaborativo é de 50m ou 100m para os docentes dos 2º, 3º ciclos e ensino secundário.

O trabalho colaborativo, por princípio, é semanal e está marcado no horário dos professores.

O tempo de duração das reuniões legalmente convocadas é de 2 horas:

- Conselhos de diretores de turma
- Departamentos curriculares
- Conselho Pedagógico
- Conselhos de Turma

Atribuição do cargo de Diretor de Turma

Considerando que a função de Diretor de Turma incorpora um conjunto de vertentes de atuação, nomeadamente as de coordenador do Conselho de Turma, coordenador do PTT e mediador privilegiado entre professores, alunos e encarregados de educação, deve-se, sempre que possível, nomear um Diretor de Turma com o seguinte perfil:

- Ser um docente com facilidade de comunicação e relacionamento interpessoal;
- Ser capaz de criar clima de empatia entre os vários intervenientes no processo educativo;
- Ser capaz de trabalhar em equipa;
- Ter competências de liderança e coordenação.

3. Atividades de Apoio à família

Atividades de Animação e Apoio à Família nos JI (AAAF)

As AAAF destinam-se às crianças inscritas nos JI e integram todos os períodos para além das 25 horas educativas, ou seja, o acolhimento, o período de almoço, os tempos pós-atividades educativas e os períodos de interrupções letivas. As atividades das AAAF têm como objetivos: a brincadeira espontânea da criança; o prazer de estar e conviver, aliado à sua segurança e bem-estar.

Enfoca-se, também, na necessidade de quebrar a rotina face às atividades educativas, através da mudança de espaço físico e de materiais e, ainda, na articulação de atividades com a comunidade local. Associado ao espaço – sala própria –, o recreio é um local privilegiado do tempo das atividades de animação. Nestas atividades é muito mais importante o grau de envolvimento e satisfação das crianças do que a existência de uma planificação de atividades estruturada.

No Agrupamento existem cinco pólos das AAAF (JI da Retorta, JI do Outeiro, JI da Azenha, JI de Moirais, JI de Balseilhas) que asseguram as atividades a partir das 15h30 até às 19h. Estas estão organizadas com base na cooperação entre o Agrupamento, a Autarquia e as Famílias. São dinamizadas por assistentes operacionais, havendo uma em cada pólo que assume a responsabilidade por todo o seu funcionamento.

Todos os educadores de infância têm como função a supervisão das AAAF, no que diz respeito ao desenvolvimento e bem-estar das crianças do seu grupo de JI. Nesta articulação entre a componente educativa dos JI e AAAF há um educador responsável, em cada JI, que deverá ouvir e ter em conta as opiniões dos outros educadores e do pessoal auxiliar que trabalha na AAAF. Em articulação com a Direção e a Autarquia, cabe-lhe decidir sobre as formas de organização do grupo, espaços a utilizar, as propostas de aquisição dos materiais necessários e, ainda, as orientações e sugestões para as atividades a realizar.

Componente de Apoio à Família no 1.º ciclo (CAF)

A CAF no 1.º ciclo é promovida pela Autarquia, em colaboração com a Direção do Agrupamento. Funciona diariamente, das 17h30 às 19h, estando vocacionada para o apoio aos trabalhos de casa e, nas interrupções letivas/férias. Integra a dinamização de atividades lúdicas, desportivas e culturais, nomeadamente teatro, dança, desporto, em articulação com as associações locais, e saídas ao meio local.

O local de dinamização destas atividades é nas escolas, em salas próprias, podendo, anualmente, adotar-se outro tipo de organização de grupos de acordo com o número de alunos inscritos. A CAF é dinamizada por professores ou técnicos superiores com o apoio de assistentes operacionais.

Anualmente, os departamentos curriculares da educação pré-escolar e do 1.º ciclo elaboraram o plano de trabalho para esta componente de apoio à família (CAF e AAAF), tendo como referência os regulamentos aprovados a nível concelhio, especificando as atividades a desenvolver e a respetiva organização que, depois do parecer positivo do Conselho Pedagógico, são aprovados em reunião do Conselho Geral.

4. Procedimentos de divulgação e avaliação do PE

Divulgação do Projeto Educativo

Este PE deverá enquadrar e orientar toda a ação educativa do Agrupamento ao longo do próximo triénio. Ele articula-se com o Regulamento Interno (RI) e será operacionalizado pelos Planos Anuais e Plurianuais de Atividades, Planos de Trabalho das Equipas Educativas e pelos Planos de Trabalho das Turmas no Ensino Básico (PTT) e dos Projetos Curriculares dos Grupos na Educação Pré-escolar (PCG) e pela atividade individual de cada elemento da comunidade escolar e educativa. Para este efeito, será divulgado da seguinte forma:

- Aos professores e educadores de infância no 1.º semestre do ano letivo 2020/2021;
- Aos professores e educadores de infância, e para uma análise mais aprofundada, nas reuniões dos departamentos curriculares;
- Aos assistentes operacionais e administrativos em reunião com a Direção;
- Aos Pais/EE em reuniões de edifício escolar durante o 2.º semestre do ano letivo 2020/2021;
- Aos alunos, atendendo ao seu nível de desenvolvimento, pelo Educador/Professor titular de grupo/turma (Pré-escolar e 1.º ciclo) e por cada Diretor de Turma nos 2.º e 3.º ciclos e secundário, durante o 2.º semestre do ano letivo 2020/2021;
- À Associação de Pais do Agrupamento em reunião com a Direção, no decurso do 2.º semestre do ano letivo 2020/2021;
- À Comunidade local, em sessão pública, organizada para o efeito no 2.º semestre do ano letivo 2020/2021;
- Às entidades com parcerias e/ou protocolos com o Agrupamento, disponibilizando um exemplar do documento.

O PE estará disponível para consulta, em suporte de papel, em cada edifício escolar do Agrupamento e em suporte informático na página da Internet do Agrupamento.

Monitorização e Avaliação do Projeto Educativo

Este PE, entendido como uma referência e um dispositivo para a construção contínua da mudança, para a clarificação das intencionalidades educativas e formas de as concretizar (resultados e metas a atingir) e para a articulação das participações dos diversos intervenientes, será avaliado e monitorizado, no que diz respeito a dimensões como a realização das atividades e iniciativas previstas, a progressão observada ao longo dos 3 anos e, no final, os resultados obtidos.

Este documento integra, através dos planos de ação da equipa de autoavaliação, um **sistema de regulação e monitorização**, que será planeado de forma a dar uma resposta articulada, coerente e alinhada às seguintes dimensões:

1. **Objetos de avaliação**, selecionando e listando os indicadores de medida a monitorizar/avaliar;

2. **Fontes de Informação**, identificando as fontes mais relevantes para cada indicador de medida selecionado;
3. **Métodos de recolha de dados**, definindo os instrumentos de recolha de dados e as respetivas metodologias de análise;
4. **Tempo**, calendarizando todo o processo de avaliação, com as suas várias fases e momentos;
5. **Responsáveis**, atribuindo papéis e responsabilidades e assegurando que as tarefas e momentos avaliativos são realizados;
6. **Resultados**, definindo como são apresentados os resultados e a quem são destinados.

Este sistema de regulação e monitorização, para efeitos da operacionalização e progressão das metas e resultados a atingir com este PE, é aferido no início de cada ano letivo com base no PAA e dará origem a três relatórios periódicos de avaliação (um em cada ano letivo) e um relatório final, relativo ao triénio de vigência do PE, avaliação esta da responsabilidade da equipa de autoavaliação, que contribuirá para o diagnóstico estratégico que servirá de base ao próximo PE.

Por último, importa deixar claro que a finalidade exclusiva desta estratégia avaliativa é de cariz formativa. Trata-se de uma finalidade avaliativa que reúne as características essenciais para um processo de autoavaliação tal como sempre foi pensado e praticado no Agrupamento, a saber:

- Permite fortalecer a organização e a ação dos agentes educativos, pois é útil e necessária a todos;
- A sua utilização é, sobretudo, institucional, mas pode vir a ser usada para fins públicos, desde que não exclusivamente centrados em propósitos de prestação de contas (*accountability*);
- É uma avaliação de proximidade, realizada por elementos internos à comunidade educativa, com funções exclusivas de regulação e monitorização, numa ótica de melhoria contínua;
- É uma avaliação que, sendo coordenada pela equipa de autoavaliação do Agrupamento, e recorrendo a amigos críticos / olhares externos, é feita pela, com e para a comunidade educativa;
- É adequável à avaliação externa, da responsabilidade da IGEC, complementando-a;
- Não colide com a integração e o cruzamento de análises qualitativas e quantitativas (metodologias mistas), desta forma aumentando a riqueza das perspetivas e dispondo, por essa via, de rigor acrescido;
- Ajuda à consolidação de uma cultura avaliativa em todos os agentes educativos envolvidos, dessa forma contribuindo para que o Agrupamento prossiga a sua evolução no sentido de se tornar uma verdadeira Organização Aprendente.

A monitorização e a avaliação do Projeto Educativo devem, por conseguinte, ir além da mera formalidade e ser assumidas como momento de ativa participação de todos e como uma oportunidade de enriquecimento.

Neste sentido, a avaliação deve assim conferir um dinamismo, mobilizando os atores nele implicados e reforçando a identidade do Agrupamento.

No final do triénio, terá lugar uma avaliação global, resultante da recolha das avaliações intermédias, que servirá para aferir o nível de concretização do presente projeto, da qual resultará a eventual reformulação dos objetivos e o estabelecimento de novas metas a perseguir no triénio seguinte.

O processo de avaliação é da responsabilidade da Direção, coordenado pela equipa de Autoavaliação.

5. Âmbito Institucional

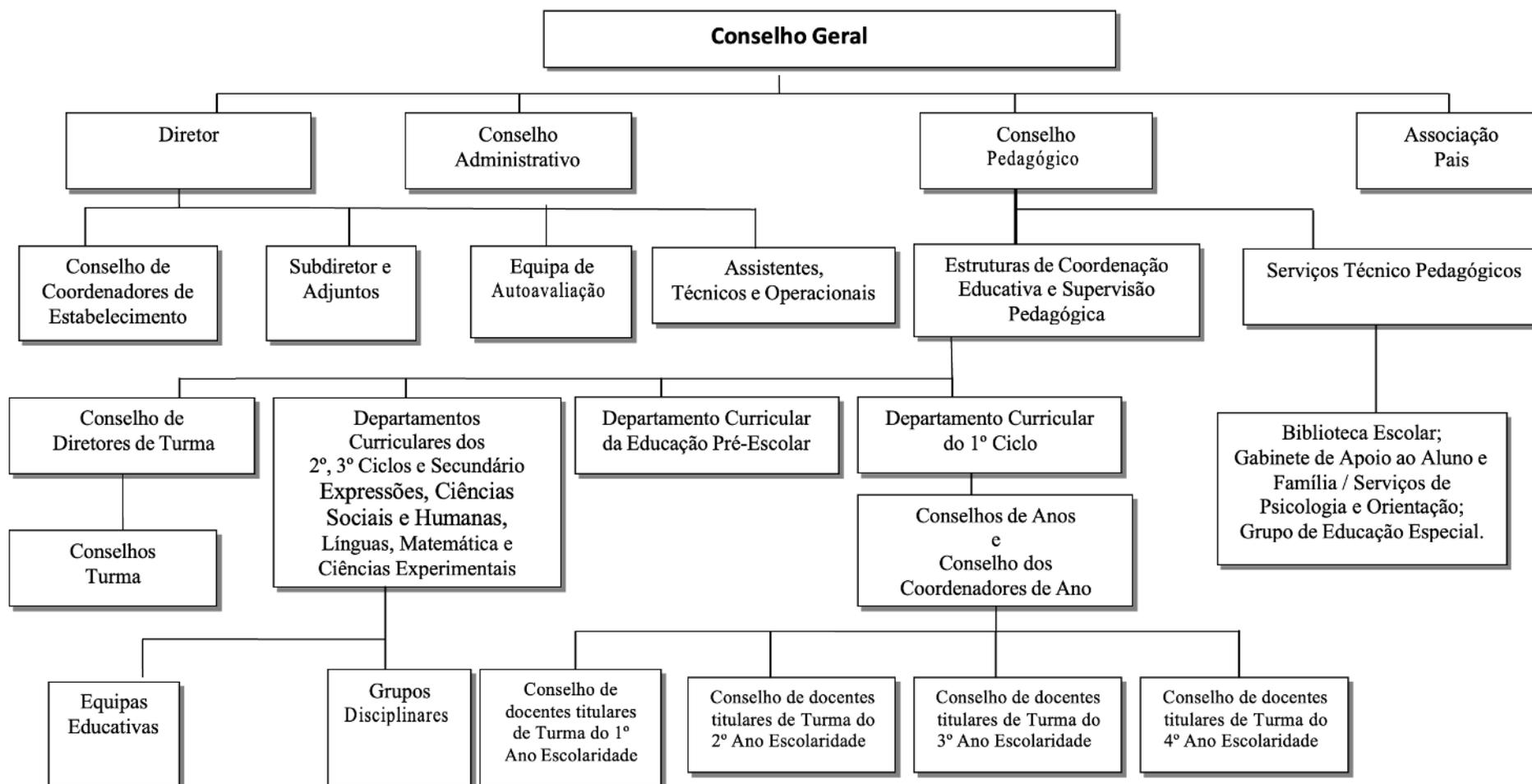
Organização do Agrupamento e Organigrama

Este PE centra a sua ação numa unidade organizacional constituída por cinco Escolas Básicas e uma Escola Básica e Secundária que integram crianças e alunos desde a Educação Pré-Escolar até ao Ensino Secundário, com identidade própria enquanto Agrupamento de Escolas, prestadora de um serviço educativo de qualidade.

Para isso, apostamos na comunicação e na informação, rentabilizando as reuniões dos diferentes órgãos de administração e gestão e das estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica, privilegiando, sempre que possível, as novas tecnologias de informação e comunicação, mediante o recurso ao e-mail institucional e da criação de redes colaborativas, através de plataformas online.

Assim, e de acordo com a legislação em vigor, a sua organização estrutura-se de acordo com o seguinte organograma:

Organograma do Agrupamento



Relação com a Comunidade

O Agrupamento de Escolas de Campo acredita que o sucesso educativo das suas crianças e alunos passa, também, pela aproximação e cooperação das escolas e JI com a comunidade. Por isso, o objetivo é reforçar os contactos com as empresas, a autarquia, as associações culturais, desportivas e recreativas e outras instituições locais que resultem em apoios, em protocolos de colaboração, na troca de experiências e no intercâmbio de atividades e iniciativas. O crescimento substantivo desta relação biunívoca (escola - meio) tem permitido atenuar algumas carências e necessidades das escolas, refletindo-se positivamente na oferta educativa disponibilizar às crianças/alunos, nomeadamente promovendo junto dos alunos hábitos de trabalho, competências pessoais e a realização de outras experiências extracurriculares.

Assim, é importante manter:

- A colaboração com a autarquia, a associação de pais, GNR e outros parceiros locais no intuito de melhorar a oferta educativa e formativa, as instalações e equipamentos das escolas, a cedência de transportes para as visitas de estudo, bem como superar outras dificuldades com as quais o Agrupamento se confronta;
- A colaboração com as associações culturais e recreativas de Campo na dinamização dos Planos, Anuais e Plurianuais, de Atividades, clubes e projetos ligados ao teatro, à dança, ao desporto e a outras culturas locais;
- A cooperação com as IPSS locais (Associação de Promoção Social do Calvário, Centro Paroquial e Social de S. Martinho de Campo e a ADICE) com vista a um acompanhamento conjunto do percurso escolar dos alunos;
- A colaboração com as empresas locais através de mecenato, protocolos e/ou patrocínios, que possibilitem qualificar a concretização de determinadas atividades e o desenvolvimento de iniciativas, designadamente a abertura à possibilidade de se constituírem em centros de estágio para os alunos dos cursos profissionais e possíveis entidades empregadoras destes alunos;
- A valorização do trabalho desenvolvido pela Associação de Pais enquanto elementos privilegiados da cooperação das famílias com a escola;
- A valorização do papel dos pais/EE, e em particular do representante na turma/grupo, implicando-os e comprometendo-os no percurso educativo dos seus educandos, consciencializando-os da sua corresponsabilização no sucesso educativo dos alunos.

Formação

O modelo educativo definido pressupõe a existência de dispositivos e dinâmicas formativas em modalidades de formação que se orientam por princípios colaborativos, pela partilha de experiências e pela reflexão crítica entre pares, em contexto de trabalho.

Com base neste modelo de formação centrado na escola, e como estrutura para a elaboração do Plano de Formação do Agrupamento, apontam-se como eixos estruturantes da formação dos professores:

- Uma formação baseada na investigação, nomeadamente a investigação-ação e a investigação colaborativa como estratégia para promover o saber e o conhecimento;
- Dinâmicas de formação coletivas com origem nos professores e nas escolas (grupos de auto e hetero formação, grupos de estudo, círculos de estudo, oficinas de formação...), que conduzam ao desenvolvimento de trabalhos coletivos e, simultaneamente, integrem projetos individuais;
- Desenvolvimento de projetos de formação em rede, a fim de promover o trabalho de articulação entre os educadores e professores das escolas/JI do Agrupamento.

Neste sentido, recorrer-se-á a assessorias externas com instituições de ensino superior e outras entidades, que devem assumir-se como elementos facilitadores do desenvolvimento das capacidades de reflexão dos docentes, como mais um recurso ao serviço do trabalho colaborativo no seio do Agrupamento. Assim, as assessorias externas têm por função colaborar com o Agrupamento e com os seus membros na reflexão das situações e na tomada de decisões. Recorreremos, também, à formação contínua disponibilizada pelo Centro de Formação de Stº Tirso e Valongo / Centro de Formação Sebastião da Gama e outras entidades formativas, nomeadamente o Ministério da Educação.

Como reforço à implementação do plano de ação definido, o Agrupamento elaborará o seu Plano de formação, anual e/ou plurianual, para o pessoal docente e pessoal não docente, que apresentará ao Centro de Formação e/ou a outros dos parceiros a fim de procederem à sua organização logística.

6. Âmbito Administrativo-Financeiro

No Agrupamento de Escolas de Campo, a perspetiva administrativo-financeira está inteiramente ao serviço da operacionalização do plano de ação perspectivado neste documento. Assim, a aplicação, tanto do orçamento da Escola Básica e Secundária de Campo como dos donativos dos Pais/EE e da comparticipação da Autarquia, obedecerá sempre a critérios de boa gestão, de forma a assegurar a contínua e progressiva qualidade educativa das nossas escolas e JI.

A aposta centra-se na realização das atividades pedagógicas e na aquisição de materiais didáticos e de desgaste para equipar os espaços educativos. Na Escola Básica e Secundária de Campo será dada atenção, ainda, à manutenção das instalações, bem como à aquisição de novos equipamentos e à alteração/criação de novos espaços.

Parecer positivo do Conselho Pedagógico na reunião do dia 11 de dezembro de 2020
Aprovação final do Conselho Geral na reunião do dia 15 de dezembro de 2020

Bibliografia

Albalat, V. B. (1989). *Proyeto Educativo, Plan Anual del Centro, Programación Docente y Memória*. Madrid: Escuela Espanola.

Costa, J. A. (1991). *Gestão Escolar - Participação. Autonomia. Projecto Educativo da Escola*. Lisboa: Texto Editora.

Cosme, A. & Trindade, R. (2003). *Manual de sobrevivência para professores*. Porto: Edições Asa.

Fullan, M. & Hargreaves, A. (2000). *A escola como organização aprendente: buscando uma educação de qualidade*. São Paulo: Artemed.

Leite, C. (2003). *Para uma escola curricularmente inteligente*. Porto: Porto Editora.

Marinho, P. (2014). *A Avaliação da Aprendizagem no Ensino Básico: contributos para a compreensão da sua relação com o sucesso escolar*. Tese de Doutoramento. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Marinho, P. (2012). A diferenciação pedagógica: dos riscos e obstáculos aos desafios de uma prática. *LUMEN*, Recife, v. 2, n. 2, p. 79-90.

Perrenoud, Ph. (2000). *Pedagogia diferenciada: das intenções à ação*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Souza, M. A. (2012). *O socio-construtivismo de Vigotsky*. Universidade Del Salvador. Buenos Aires.

Schiefer, Ulrich. 2006. *MAPA – Manual de Planeamento e Avaliação de Projectos*. Cascais: Principia.

Vygotsky, L. S. (1998). *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes

Aprovado na reunião do Conselho Geral do dia 15 de dezembro de 2020